



MEDIA BRIEFING
12 DE ABRIL DE 2017

Reforma manipulada

Evasão fiscal praticada por empresas norte-americanas custa bilhões, mas reformas propostas trarão mudanças para pior

Histórico

Regras tributárias manipuladas custam ao povo norte-americano cerca de US\$ 135 bilhões ao ano em evasão fiscal praticada pelas empresas e, segundo estimativas, sugam US\$ 100 bilhões anualmente de países em desenvolvimento. Apesar da retórica articulada em contrário, as reformas propostas pelo Presidente Trump e os líderes no Congresso manipularão ainda mais as regras em favor dos ricos e poderosos em detrimento dos demais. Em vez de “Drenar o Pântano”, as reformas propostas conferiram poder a um grupo poderoso com interesses especiais, lobistas corporativos e grupos de frente para manipular o código tributário de maneiras que irão prejudicar famílias trabalhadoras e intensificar a crise da desigualdade. Já é chegada a hora de o Congresso considerar uma reforma com novos olhos e procurar medidas que permitam a cooperação entre as nações, em vez de uma corrida de mútua destruição até o fundo do poço.

Introdução

O abismo entre pessoas ricas e pobres está contribuindo para a remodelação da política norte-americana de forma imprevisível. Atualmente, apenas 8 pessoas detêm a mesma riqueza que 3,6 bilhões de pessoas juntas (a metade mais pobre da humanidade), e esse 1% detém mais riqueza do que o restante da população mundial combinada¹. Passados anos de avisos, essa desigualdade extrema está mudando o cenário político mundial e dos EUA em seus princípios fundamentais.

O Presidente Trump foi eleito com a promessa de reparar um sistema político e econômico “manipulado” que, segundo ele, era sobrecarregado com regras criadas por partes internas interessadas que operavam “para se manter no poder e com os bolsos cheios”². Entre os exemplos mais potentes dessas regras manipuladas estão as leis tributárias norte-americanas, que, segundo o presidente Trump, ele próprio está em posição ímpar para tratar: “Conheço nossas complexas leis tributárias melhor que qualquer outro que já tenha concorrido à presidência e sou o único capaz de repará-las”³.

Uma nova análise realizada pela Oxfam sobre as 50 maiores empresas públicas dos EUA revela que a tarefa está mais árdua do que nunca⁴. A evasão fiscal⁵ praticada pelas multinacionais custa aos EUA cerca de US\$ 135 bilhões por ano⁶, porém esses esquemas não prejudicam apenas os EUA. As mesmas táticas utilizadas pelas empresas para sonegar impostos nos EUA, segundo estimativas, sugam US\$ 100 bilhões a cada ano de países em desenvolvimento, o que inviabiliza

investimentos essenciais em escolas, hospitais, estradas e outros mecanismos para reduzir a pobreza⁷. Os prejuízos causados pela evasão fiscal corporativa aos norte-americanos e ao povo que vive em países em desenvolvimento representam dois lados da mesma moeda.

A análise conduzida pela Oxfam, que consistiu em uma atualização do relatório de 2016 *Broken at the Top* (traduzido e disponível no site da Oxfam Brasil com o título *Sistema Falido*)⁸, revela que as 50 maiores empresas dos EUA intensificaram o uso de paraísos fiscais e reforçaram os investimentos feitos no desenvolvimento de influência política para pressionar por incentivos fiscais ainda maiores do que já desfrutam. O relatório não faz acusação de ato ilícito a nenhuma das 50 empresas; em vez disso, a análise feita pela Oxfam dos dados divulgados pelas próprias empresas demonstra como o sistema tributário atual permite o desvio de bilhões de dólares em impostos por empresas agindo nos limites da lei.

A análise destaca ainda até onde as maiores empresas forçam sua tenacidade política para evitar o pagamento de impostos nos EUA e no mundo. Em vez de procurar nivelar a conjuntura tributária (tanto nos EUA como no exterior), essas empresas exercem sua vasta influência política para pender ainda mais as regras a seu favor. Os perdedores nesse jogo armado são as empresas de pequeno porte e as famílias trabalhadoras que não dispõem dos meios para deslocar os lucros entre centenas de subsidiárias no exterior ou da capacidade de mobilizar exércitos de lobistas para preservar sua brecha fiscal favorita.

Lançando mão de divulgações corporativas financeiras, de grupos de lobby e de investidores, a Oxfam constatou que, entre 2009 e 2015:

- As 50 maiores empresas dos EUA contaram com uma rede obscura e sigilosa, composta por 1.751 subsidiárias divulgadas que estão situadas em paraísos fiscais para ocultar cerca de US\$ 1,6 trilhão no exterior. As empresas divulgaram um aumento de 143 subsidiárias localizadas em paraísos fiscais e US\$ 200 bilhões ocultado no exterior em um único ano.
- Essas 50 empresas gastaram aproximadamente US\$ 2,5 bilhões em lobby, cerca de US\$ 46 milhões para cada membro do Congresso. A Oxfam estima que tenham gasto em torno de US\$ 352 milhões em lobby apenas em questões tributárias, ao passo que receberam mais de US\$ 423 bilhões em incentivos fiscais. Para cada US\$ 1 gasto com lobby em questões tributárias, receberam um valor estimado de US\$ 1.200 em incentivos fiscais.
- Cinco empresas (General Electric, Verizon Communications, Comcast, AT&T e Exxon Mobil) foram as que mais gastaram com lobby em questões tributárias federais, respondendo por cerca de um quarto de todas as atividades de lobby tributário realizadas pelas 50 maiores empresas.
- Mesmo tendo auferido lucro superior a US\$ 4,2 trilhões em âmbito mundial, essas 50 empresas utilizaram paraísos fiscais no exterior para reduzir sua alíquota total efetiva para apenas 25,9%⁹, de acordo com as estimativas mais generosas acerca de seus impostos pagos, bem abaixo da alíquota legal de 35% e até mesmo abaixo dos níveis médios pagos em outros países desenvolvidos. Essa alíquota caiu ligeiramente em comparação à alíquota de 26,5% durante o período de 2008 a 2014.
- Em média, essas 50 empresas fazem parte de pelo menos duas coalizões ativas no lobby relativo a questões tributárias que tentaram influenciar o Congresso e manipular as regras tributárias para reduzir os impostos que pagam. Oito das 50 empresas participam de quatro ou mais coalizões que estão pressionando por um tratamento tributário favorável. A Walmart está

na frente, participando de pelo menos seis coalizões distintas que buscam influenciar os legisladores tributários no Congresso.

- O poder do lobby corporativo poderia colher recompensas financeiras ainda maiores, de acordo com as reformas tributárias propostas pelo presidente Trump e a Câmara dos Deputados dos EUA. Só essas 50 empresas poderiam receber um considerável benefício de US\$ 327 bilhões sobre os lucros ocultados no exterior, além de benefícios financeiros expressivos oriundos de alíquotas mais baixas e um tratamento tributário mais favorável no futuro. Esses ganhos serão direcionados de forma desproporcional para a parcela mais rica, de 1% da população.

O presidente Trump e os líderes no Congresso prometeram reparar o sistema tributário, no entanto, suas propostas irão apenas piorar o cenário. Em vez de apoiar reformas francas para impedir a manipulação do sistema pelas empresas de grande porte, as mudanças propostas pelo presidente Trump e os líderes no Congresso acarretarão em:

1. Redução expressiva da carga tributária para empresas que ocultaram trilhões de dólares no exterior.
2. Incentivo para a evasão fiscal sobre lucros no exterior por parte das empresas dos EUA.
3. Novos e desmedidos incentivos fiscais para empresas rentáveis de grande porte.
4. Remodelação drástica da forma como as empresas dos EUA são tributadas, com péssimas implicações para os países em desenvolvimento.

O Imposto de Ajuste de Fronteira proposto pelo Partido Republicano na Câmara dos Deputados prejudicará as classes baixa e média norte-americana, com possibilidade de custar para os países em desenvolvimento mais do que o dobro dos gastos dos EUA com ajuda externa para combater a pobreza¹⁰. Como resultado direto dessa proposta, os países em desenvolvimento podem enfrentar rápido aumento nos custos com o serviço de suas dívidas, o que drenaria recursos necessários para escolas, hospitais e outros serviços básicos que ajudam a tirar a população da pobreza.

Os planos de reforma tributária, que custarão aos EUA trilhões de dólares durante a próxima década, devem ser entendidos no contexto da proposta do Governo Trump de cortar significativamente o orçamento federal, em parte para ajudar a bancar reduções da carga tributária para os ricos.

Em época de uma crise global sem precedentes, com 65 milhões de pessoas forçadas a abandonar seus lares, o surgimento de até quatro crises de fome e a devastação crescente causada por mudanças climáticas, o Governo Trump propõe cortes assoladores que chegam a 31% das contas federais que financiam a ajuda externa, o Departamento de Estado e a ONU¹¹. Esses cortes resultarão na inanição de 20 milhões de pessoas no Iêmen, na Somália, no Sudão do Sul e na Nigéria, com mais de 1,4 milhão de crianças podendo morrer de fome neste ano¹².

O orçamento do Presidente Trump reduziria ou extingiria programas que proporcionaram a norte-americanos com baixa renda habitações a um preço acessível, treinamento profissionalizante e programas de amparo aos desabrigados. O corte afeta financiamento para casas de reabilitação em vizinhanças mais assoladas por execuções de dívidas e para a entrega de alimentos a cidadãos da terceira idade que não podem sair de casa¹³.

Segundo publicado pelo jornal *Washington Post*, “durante a campanha presidencial no ano passado, Trump jurou que a solução para a pobreza era o oferecimento de incentivos às pessoas carentes para que trabalhassem. No entanto, a maioria dos cortes

propostos em seu orçamento visam programas concebidos para ajudar os trabalhadores carentes, assim como os desempregados, a lidarem com a situação”¹⁴.

Uma análise feita pelo instituto *Center for American Progress* (em tradução livre para o português, Centro para o Progresso Americano) constatou que os cortes propostos serão mais severos para as comunidades rurais e de cidades pequenas, onde uma em cada três pessoas vive com o dinheiro contado¹⁵.

De forma geral, o Presidente Trump e os líderes no Congresso estão propondo simultaneamente trilhões de dólares em redução na carga tributária para empresas rentáveis e os indivíduos mais ricos, com cortes draconianos em serviços voltados diretamente para os mais carentes e vulneráveis. As “reformas” tributárias específicas apresentadas pelo Congresso ainda vão além, tornando os EUA em um paraíso fiscal e elevando o custo de vida para trabalhadoras e trabalhadores norte-americanos.

É hora de o Congresso rever completamente os planos para reforma tributária e recomeçar do zero com medidas que não intensifiquem ainda mais a crise de desigualdade. O Congresso deve possibilitar a cooperação com outros países que também estão lutando para prevenir o abuso fiscal e não a concorrência com outras nações de maneira mutuamente destrutiva.

Já existem propostas que poriam fim efetivamente ao abuso fiscal cometido por empresas de grande porte sem prejudicar as pessoas carentes. Medidas contidas na Lei de Prevenção à Evasão Fiscal Praticada por Empresas e na Lei de Combate ao Uso Abusivo de Paraísos Fiscais oferecem uma abordagem de reforma mais razoável e eficaz que simplificaria o código tributário e asseguraria o pagamento de sua parcela justa pelas empresas¹⁶.

Mesmo sem reformas legislativas, as empresas têm o dever de maior responsabilidade em suas práticas fiscais com a divulgação pública de onde pagam impostos e onde fazem negócios, refreando a evasão fiscal agressiva e cessando o uso de influência política indevida para manipular leis tributárias a seu favor.

Quem é onerado com a evasão fiscal?

Um sistema tributário justo e eficaz é vital para um governo eficiente e que funcione adequadamente, pois permite que a sociedade pague por serviços básicos, tais como escolas, hospitais, estradas, socorristas, redes de proteção social e outros serviços públicos imprescindíveis capazes de enfrentar a pobreza e garantir a prosperidade dos negócios.

Nos países em desenvolvimento, onde há uma enorme necessidade de prestar serviços básicos de saúde e educação para centenas de milhões de pessoas que ainda vivem em condição de pobreza extrema e que não têm acesso economicamente viável à educação primária ou vacinas de prevenção a doenças, as receitas provenientes dos impostos são o meio mais sustentável de pagar professores, médicos e policiais.

Contudo, a estrutura fiscal internacional está empacada no século passado. Em uma economia globalizada, as leis tributárias nacionais e locais são cada vez mais postas à prova por lacunas na governança global e inovações na maneira como grandes multinacionais estruturam seus negócios e demonstrações financeiras para minimizar a carga tributária.

A atual arquitetura fiscal mundial é sigilosa e descoordenada, enfraquecendo a capacidade dos governos de arrecadar os impostos devidos. As regras são manipuladas para facilitar a evasão fiscal internacional. Em particular, os paraísos fiscais (centros financeiros no exterior caracterizados por alíquotas baixas ou zero, alta dependência de incentivos fiscais, ou falta de cooperação em esforços internacionais contra a evasão

fiscal) são os mecanismos mais óbvios utilizados pelas multinacionais para escapar dos impostos¹⁷.

Segundo estimativas, os EUA perdem US\$ 135 bilhões a cada ano em função da evasão fiscal praticada por empresas¹⁸. Essa prática faz parte de uma tendência mais ampla que provocou o declínio constante das receitas federais obtidas com impostos de pessoas jurídicas, forçando os EUA a buscar receita em outras fontes, muitas vezes em impostos que oneram as pessoas carentes de forma desproporcional¹⁹.

Atualmente, apenas US\$ 1 de cada US\$ 9 da receita federal americana provém de impostos pagos por pessoas jurídicas; em 1952, essa proporção era de US\$ 1 a cada US\$ 3²⁰. Mesmo com a eclosão acentuada dos lucros das empresas nas últimas várias décadas, a receita de impostos federais não acompanhou o ritmo. Em 1952, o governo federal dos EUA arrecadou 53 centavos em impostos de pessoas jurídicas para cada US\$ 1 de lucro auferido pelas empresas. Hoje, o governo arrecada somente 19 centavos para cada US\$ 1 de lucro de pessoa jurídica, muito embora os lucros tenham disparado²¹.

Enquanto isso, a parcela de impostos arrecadada com impostos regressivos, como é o caso dos impostos sobre folhas de pagamento, aumentou²². Essa tendência não é acidental, mas resultado das escolhas políticas aspiradas pelos interesses especiais que contribuíram para o crescimento da desigualdade²³.

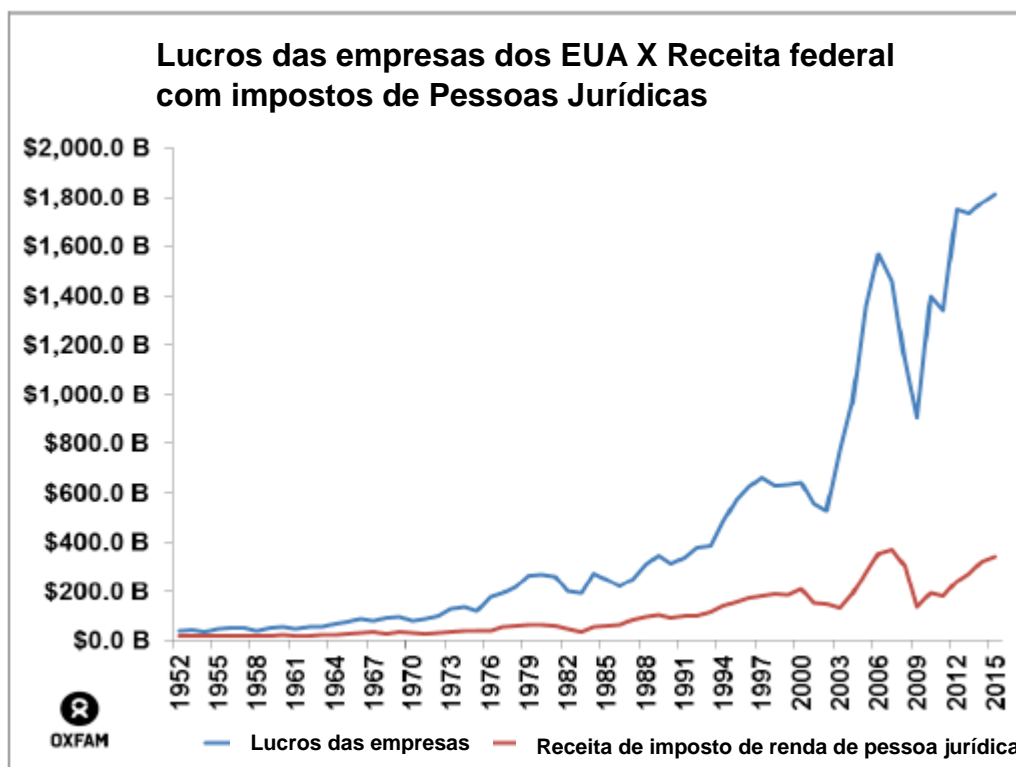


Figura 1 – Lucros das Empresas dos EUA vs. Receita Federal com Impostos de Pessoas Jurídicas²⁴

Tópico menos debatido no contexto político dos EUA é a realidade na qual as grandes empresas, muitas delas sediadas nos EUA, usam exatamente os mesmos mecanismos para evitar impostos norte-americanos e praticar evasão fiscal em alguns dos lugares mais pobres do mundo. Segundo estimativa da ONU, a evasão fiscal por multinacionais custa \$ 100 bilhões por ano a países em desenvolvimento²⁵.

Para países pobres, a situação pode ser ainda pior, uma vez que as receitas públicas em países em desenvolvimento dependem mais da tributação sobre empresas de grande porte, com os impostos de renda de pessoa jurídica compondo 17% do total das receitas para os orçamentos de países em desenvolvimento, em comparação a cerca de 10% para os países avançados²⁶.

Uma pesquisa realizada recentemente pelo FMI indica que a perda de receita para países em desenvolvimento é 30% maior do que para países da OCDE, em razão de atividades de transferência de lucros por multinacionais²⁷. Além disso, recursos públicos para financiar a educação, saúde e infraestrutura básica são extremamente necessários nos países em desenvolvimento, onde o gasto *per capita* com esses serviços essenciais básicos é ínfimo em comparação às grandes economias²⁸. Essa é uma das razões para que serviços públicos como saúde e educação sejam tão deficientes nesses países.

A quantia de US\$ 100 bilhões é quatro vezes o que os 47 países menos desenvolvidos do mundo gastam com educação para seus 932 milhões de cidadãos e cidadãs²⁹. A soma de US\$ 100 bilhões equivale ao custo necessário para oferecer serviços de saúde básicos para a vida ou condições mais seguras de abastecimento de água e saneamento para mais de 2,2 bilhões de pessoas³⁰.

Evasão fiscal é prática corriqueira

Explorar brechas fiscais e praticar evasão fiscal em grande escala passaram a fazer parte das estratégias utilizadas por muitas multinacionais para obter lucro. Ao examinar as demonstrações financeiras das 50 maiores empresas públicas dos EUA, fica claro que para as grandes multinacionais, a evasão fiscal não só é prática corriqueira, mas a situação está piorando.

A Oxfam America coletou dados de cada uma das 50 empresas para mensurar: os lucros, impostos federais pagos, o pagamento total de impostos em âmbito mundial, a alíquota efetiva, os “incentivos” fiscais, o dinheiro mantido no exterior, as subsidiárias localizadas em paraísos fiscais e as despesas com lobby federal. Todas as informações apresentadas nesta publicação são baseadas em dados disponíveis publicamente, muitos fornecidos pelas próprias empresas em seus formulários 10-K anuais apresentados à SEC (Comissão de Valores Mobiliários dos EUA). Uma descrição detalhada de nossa metodologia para cada métrica está disponível ao final deste artigo.

A Oxfam constatou que, de 2009 a 2015, as 50 maiores empresas dos EUA, em conjunto:

- Em 2015, detinham US\$ 1,6 trilhão em reservas de caixa no exterior;
- Em 2015, divulgaram 1.751 subsidiárias em paraísos fiscais no exterior³¹;
- Obtiveram lucro de US\$ 4,2 trilhões;
- Deviam aproximadamente US\$ 1 trilhão em impostos globalmente, dos quais US\$ 560 bilhões eram devidos ao governo federal norte-americano³²;
- Declararam uma alíquota efetiva total média de 25,9%, 9,1% abaixo da alíquota legal de 35%³³;
- Pagaram de fato US\$ 93 bilhões menos impostos do que declararam dever ao longo desse período;
- Receberam US\$ 423 bilhões em “incentivos” fiscais³⁴.

O que pagam X O que afirmam dever

Em conjunto, essas 50 empresas pagaram uma alíquota efetiva global de apenas 25,9% ao todo, 9,1% abaixo da alíquota legal de 35% e quase o mesmo que multinacionais pagam em outros países desenvolvidos³⁵. Essa alíquota responde não apenas pelos impostos pagos ao governo federal, mas também pelos impostos que as empresas declaram ter pago a estados, municípios e governos estrangeiros. Ao examinar apenas os impostos pagos ao governo federal dos EUA, equivale somente a cerca de 13,3% dos lucros totais das empresas.

Uma parcela de 25,9% representa uma estimativa extremamente generosa dos impostos pagos pelas empresas e é baseada diretamente nos dados divulgados pelas próprias empresas. Ela incorpora “passivos fiscais diferidos”, que não são efetivamente pagos no ano em que são estimados, isso quando chegam a ser pagos. Trata-se de uma avaliação intencionalmente conservadora para conceder o benefício máximo da dívida para as empresas. Outras metodologias mostraram que as verdadeiras alíquotas efetivas das grandes empresas podem ser substancialmente mais baixas. Um estudo de 2017 da organização *Citizens for Tax Justice* (em tradução livre para o português, Cidadãos pela Justiça Fiscal) analisou dados de cinco anos e descobriu que as empresas da Fortune 500 pagaram uma alíquota efetiva média de imposto de renda federal de pessoa jurídica de apenas 21,2%, quase 14 pontos abaixo da alíquota legal de 35%³⁶.

Na realidade, ao considerar apenas o caixa declarado como efetivamente pago pelas empresas com impostos entre 2009 e 2015 (em oposição ao valor que afirmam como devido ao longo desse período), verifica-se uma discrepância significativa. Essas 50 empresas declaram pagar US\$ 93 bilhões menos em impostos do que alegam ter devido no período entre 2009 e 2015³⁷.

Trata-se de uma quantia média de US\$ 13,3 bilhões por ano. Colocando em perspectiva, o “orçamento ralo” do Governo Trump propõe cortes de 31% no financiamento do Departamento de Estado e da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) em relação aos níveis atuais³⁸, o que representaria um corte de cerca de US\$ 7,3 bilhões anualmente³⁹.

Isso significa dizer que só essas 50 empresas poderiam ajudar os EUA a evitar cada dólar nos cortes propostos na ajuda em combate à pobreza simplesmente com o pagamento dos impostos que já declaram como devidos a seus acionistas. Ainda sobriariam US\$ 6 bilhões para outras prioridades.

A quantia de US\$ 13,3 bilhões é suficiente para garantir que 246 milhões de pessoas tenham acesso a serviços seguros de água e saneamento que impeçam a disseminação de doenças⁴⁰. Neste exato momento, 663 milhões de pessoas (1 em cada 10) não têm acesso a água segura e 2,4 bilhões de pessoas (1 em cada 3) não têm acesso a vaso sanitário⁴¹.

A quantia de US\$ 13,3 bilhões seria suficiente para oferecer ajuda com alimentos emergenciais para salvar a vida de 345 milhões de pessoas⁴². No mundo, 795 milhões de pessoas (1 em cada 9) não têm alimentos nutritivos suficientes para comer⁴³. Quatro países estão atualmente vivenciando ou em vias de inanição que põe em risco vidas de milhões de crianças⁴⁴.

Em 2016, a ONU estimou que seriam necessários US\$ 19,7 bilhões para custear sua resposta emergencial de assistência humanitária para salvar a vida de 96,6 milhões de pessoas que a organização pretendia alcançar⁴⁵. Juntos, os governos contribuíram com US\$ 11,8 bilhões para os esforços de alívio da ONU, com uma diferença faltante de US\$ 7,8 bilhões⁴⁶. A quantia de US\$ 13,3 bilhões teria sido mais do que suficiente para cobrir essa diferença e ainda salvar milhões de vidas no processo.

Incentivos fiscais

As baixas alíquotas das empresas são o resultado de vários incentivos e brechas fiscais. A alíquota de 25,9% paga pelas empresas representa um “incentivo” fiscal de US\$ 423 bilhões durante o período de 7 anos, de 2009 a 2015, e um aumento em comparação aos US\$ 337 bilhões em incentivos que receberam de 2008 a 2014⁴⁷.

Isso corresponde a um “incentivo” fiscal federal anual de mais de US\$ 60 bilhões. Em outras palavras, o governo federal gasta por ano mais de duas vezes com “incentivos” fiscais somente com essas 50 empresas do que com ajuda externa em combate à pobreza⁴⁸.

Só os “incentivos” fiscais para essas 50 empresas custam ao governo norte-americano, por ano, mais de duas vezes o valor gasto pelos 47 países mais carentes do mundo, em conjunto, com educação para todos os seus aproximadamente 932 milhões de cidadãos e cidadãos⁴⁹.

Paraísos fiscais e fundos no exterior

As empresas conseguiram diminuir suas alíquotas, em parte, ocultando US\$ 1,6 trilhão no exterior e contando com uma rede imensa composta por 1.751 subsidiárias localizadas em paraísos fiscais. Isso assinala um aumento de US\$ 200 bilhões em fundos ocultados no exterior e mais 143 subsidiárias localizadas em paraísos fiscais que são divulgadas por essas empresas desde o relatório de 2016 da Oxfam.

Além disso, devido a regras de divulgação demasiadamente débeis, as 1.751 subsidiárias divulgadas à SEC pelas 50 maiores empresas representam apenas a ponta do *iceberg*. A SEC exige apenas que as empresas divulguem o que consideram ser “subsidiárias significativas”, que consistem em subsidiárias nas quais 1) o investimento na subsidiária constitui mais de 10% dos ativos totais consolidados da empresa ou 2) a renda proveniente da subsidiária exceda 10% da renda total consolidada pela empresa⁵⁰.

Há indícios de que essa norma fraca permite às empresas esconderem um grande número de subsidiárias. Sete das 50 maiores empresas são instituições financeiras obrigadas a declarar toda a relação de subsidiárias ao Banco Central dos EUA, que mantém um padrão de divulgação mais rigoroso. Só essas sete empresas divulgaram um adicional de 623 subsidiárias em paraísos fiscais (uma média de 89 por empresa).

Aplicando-se essa média a todas as 50 empresas, as 50 maiores empresas poderiam ter mais de 6.200 subsidiárias em paraísos fiscais⁵¹. O fechamento dessa brecha deixada pela SEC que permite às empresas deixarem de declarar uma quantidade considerável de subsidiárias no exterior ajudaria os formuladores de políticas e o público a avaliarem melhor as práticas fiscais reais das empresas.

O pântano não drenado

“Tarei de Volta a Honestidade a Nosso Governo – acreditem. Mas primeiro, terei de #DrainTheSwamp (Drenar o Pântano) em Washington, DC”. Donald Trump, 18 de outubro de 2016⁵².

À medida que a campanha de 2016 chegava ao fim, o então candidato Trump encontrou uma nova mensagem para expressar sua promessa de exercer mudanças em Washington. O Presidente Trump se comprometeu a “Drenar o Pântano” e lutar por um governo honesto que atenda aos interesses do que chamou de “os homens e mulheres esquecidos de nosso país”.⁵³

Mas quando se trata do tópico de impostos, e especificamente do esforço para alcançar uma reforma de grande escala para os impostos de pessoa jurídica em 2017, os lobistas e traficantes de influência estão à solta a todo vapor tentando manipular ainda mais as regras a favor das grandes empresas e dos ricos.

Surgiram dezenas de grupos de frente, organizações de comércio e coalizões de interesses corporativos para garantir que o Congresso proteja os interesses de empresas e indústrias específicas e suprima ao máximo as alíquotas para pessoa jurídica. O líder dos legisladores tributários no Comitê de Meios e Arbítrios da Câmara dos Deputados, Presidente Kevin Brady (R-TX), regozijou-se do acesso que indústrias favorecidas, como a dos grandes bancos, conseguiram a seus funcionários para possibilitar que os autores do projeto de lei “acertassem” aos olhos dos lobistas bancários.

Quando indagado acerca de como sua proposta de reforma tributária trataria a indústria de serviços financeiros, Brady respondeu, “Eles estão se encontrando semanalmente com nossa equipe tributária. Então também acertaremos com eles. Estamos tendo uma grande resposta por parte deles”⁵⁴.

Essa não é a única indústria com acesso preferencial. Depois de uma aparente batalha pública enérgica com as empresas farmacêuticas acerca dos altos preços dos medicamentos, o Presidente Trump rapidamente recuou em uma reunião com executivos da indústria farmacêutica, com a promessa contraditória de diminuir seus impostos e cortar a regulação⁵⁵. Segundo o grupo de pesquisa *Center for Responsive Politics* (em tradução livre para o português, Centro de Política Responsiva), a indústria farmacêutica representa o maior lobby corporativo em Washington, com gastos de US\$ 3,5 bilhões em lobby desde 1998, mais de US\$ 1 bilhão do que o segundo lugar, ocupado pela indústria de seguros⁵⁶.

O presidente Trump fez promessas similares de redução da carga tributária para os CEOs de grandes empresas do setor industrial⁵⁷, para executivos de companhias aéreas⁵⁸ e para varejistas⁵⁹. Anos de investimentos em atividades de lobby e contribuições para campanhas que foram feitos por empresas procurando benefícios fiscais ainda maiores do que já desfrutaram parecem estar em vias de render frutos.

A Oxfam analisou as divulgações de lobby das 50 maiores empresas e constatou que o pântano está mais cheio de jacarés do que nunca. As 50 maiores empresas gastaram em torno de US\$ 2,5 bilhões em lobby de 2009 a 2015. Durante esse período, em média, essas empresas fizeram lobby sobre 526 tópicos, dos quais 75 (14,25%) estão relacionados especificamente a impostos⁶⁰. Com base nessa média, as empresas gastaram mais de US\$ 352 milhões em atividades de lobby especificamente em questões tributárias, ao passo que receberam US\$ 423 bilhões em incentivos fiscais.

Cinco empresas (General Electric, Verizon Communications, Comcast, AT&T e Exxon Mobil) dedicaram a maior parte dos gastos com lobby a questões de impostos federais, respondendo por aproximadamente ¼ de todo o lobby sobre imposto das 50 maiores empresas.

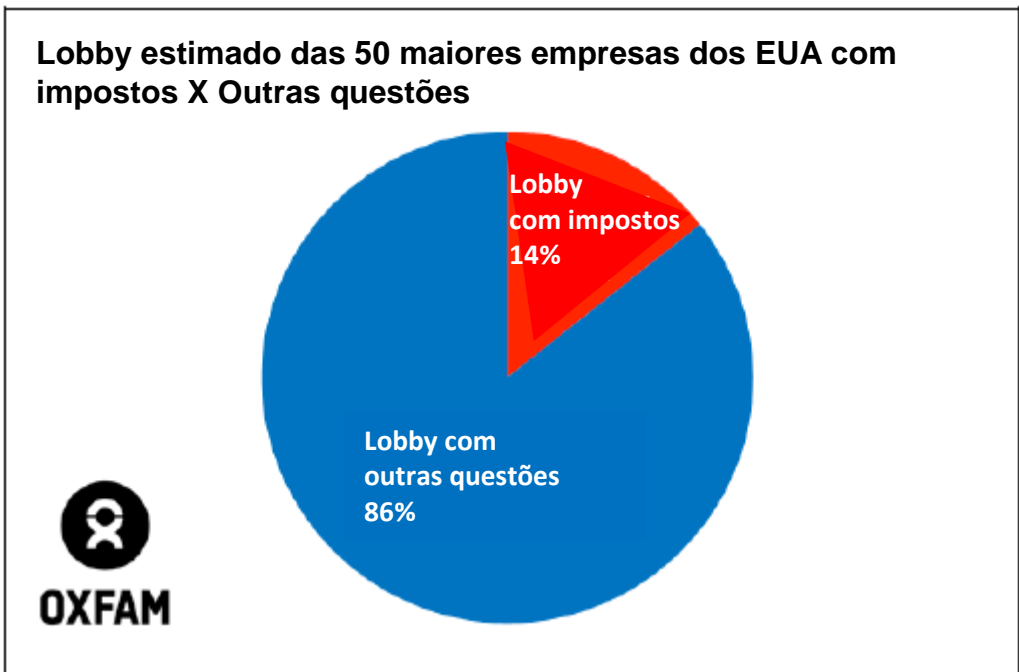


Figura 2 – Lobby estimado das 50 Maiores Empresas dos EUA com impostos X Outras questões

Isso significa que, para cada US\$ 1 investido em atividades de lobby sobre impostos, as 50 maiores empresas receberam cerca de US\$ 1.200 em incentivos fiscais. Mesmo com uma estimativa mais conservadora (comparando cada dólar gasto com lobby em qualquer questão com os incentivos fiscais obtidos), as empresas teriam US\$ 172 em incentivos fiscais para cada US\$ 1 gasto com lobby. Esses benefícios não incluem todos os serviços e apoio federal aproveitados por essas empresas ou os cortes fiscais e o benefício único que essas empresas esperam receber se a proposta do presidente Trump ou do Partido Republicano na Câmara dos Deputados virar lei.

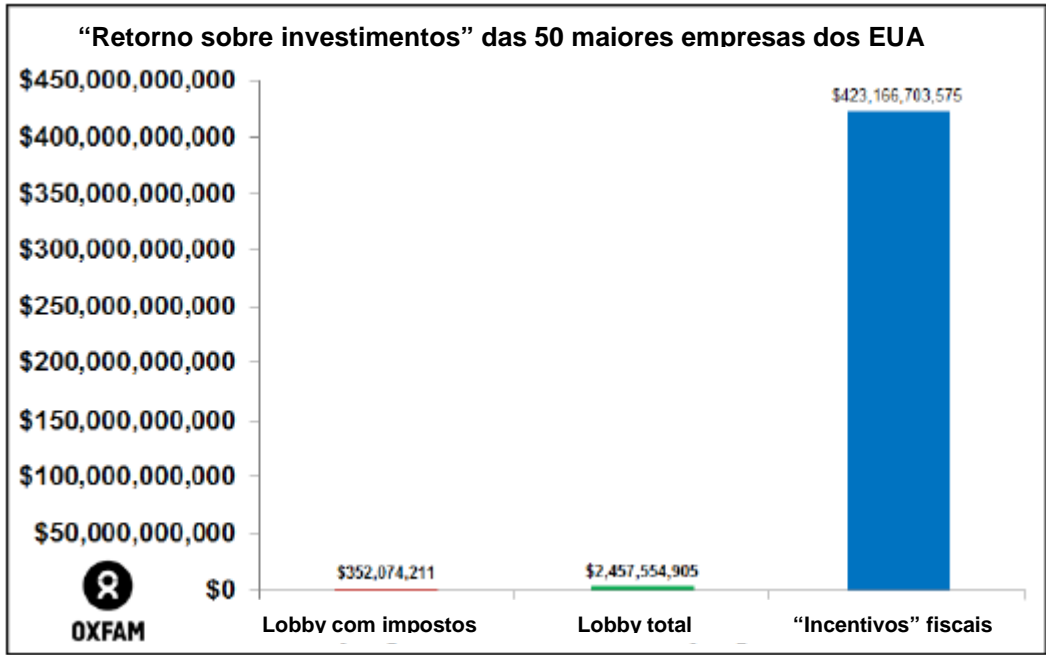


Figura 3 – “Retorno sobre o investimento” das 50 Maiores Empresas para lobby com impostos

Os dados não indicam precisamente que parcela dos incentivos fiscais recebidos pelas empresas resulta diretamente do lobby. No entanto, revelam que, no geral, os vários investimentos feitos pelas empresas para influenciar a política em Washington estão dando resultado.

Os dados estão de acordo com a pesquisa sobre o poder do lobby na obtenção de alíquotas mais baixas para as empresas. Pesquisadores da Universidade do Texas, da Universidade da Califórnia em San Diego e da Universidade de Nova York constataram que um aumento de 1% nas despesas registradas com lobby aparentemente reduz as alíquotas efetivas em até 1,6% no ano seguinte⁶¹. Em outras palavras, quanto mais as empresas gastam com lobby, menos impostos têm de pagar.

Os esforços corporativos para pender a política tributária vão muito além do lobby direto. As empresas financiam campanhas de relações públicas, grupos de frente, [propagandas](#) e esforços de grande escala para exacerbar a indignidade pública. O Imposto de Ajuste de Fronteira proposto (que será abordado mais adiante neste artigo) chegou até mesmo a propiciar coalizões corporativas concorrentes ao lado de grupos de frente de financiamento anônimo, como a organização *US Consumer Coalition* (em tradução livre para o português, Coalizão dos Consumidores dos EUA)⁶², buscando mudar a opinião do público e no Congresso⁶³.

A *US Consumer Coalition*, representante de um grupo de frente obscuro e de financiamento anônimo, é administrada por uma firma de relações públicas ligada a várias causas conservadoras⁶⁴. A organização já foi “contratada” no passado para conduzir campanhas contra o tópico da regulação favorecidas por doadores anônimos robustos⁶⁵. A coalizão pagou por [anúncios](#) e conduziu campanhas na mídia social buscando minar as perspectivas do Imposto de Ajuste de Fronteira virar lei. Como o grupo não divulga seus doadores ou fomentadores, não está claro quem financia a campanha ou o motivo para tanto.



Tradução:

O que é o Imposto de Ajuste de Fronteira?

Diga não ao #ImpostoSobreoConsumidor →
noconsumertax.org

Figura 4 – Propaganda no Twitter da *US Consumers Coalition*

A organização *Americans for Prosperity* (em tradução livre para o português, “Americanos pela Prosperidade”) financiada pelos Irmãos Koch, também se envolveu rapidamente na rixa contra o Imposto de Ajuste de Fronteira, com a condução de campanhas de envolvimento público dissimulado (*AstroTurf*) em mais de 35 estados e a produção de um [vídeo](#) criticando o plano⁶⁶.

Não há uma união de todos os interesses corporativos nessa batalha. A *American Made Coalition* (em tradução livre para o português, Coalizão Feita por Americanos) reagiu

com suas próprias [propagandas](#) em apoio ao Imposto de Ajuste de Fronteira (BAT), argumentando contra o que eles chamam de *Made in America Tax* (em tradução livre para o português, Imposto sobre Produtos Produzidos nos EUA)⁶⁷. A coalizão destina-se a transmitir uma mensagem de apoio ao BAT em nome de algumas das maiores empresas dos EUA, entre as quais estão Pfizer, Johnson & Johnson, General Electric e Dow Chemical⁶⁸.

As 50 maiores empresas apoiam ativamente inúmeras coalizões e organizações de comércio empenhadas em exercer influência indevida na política tributária federal para minar um sistema tributário norte-americano justo e eficaz.

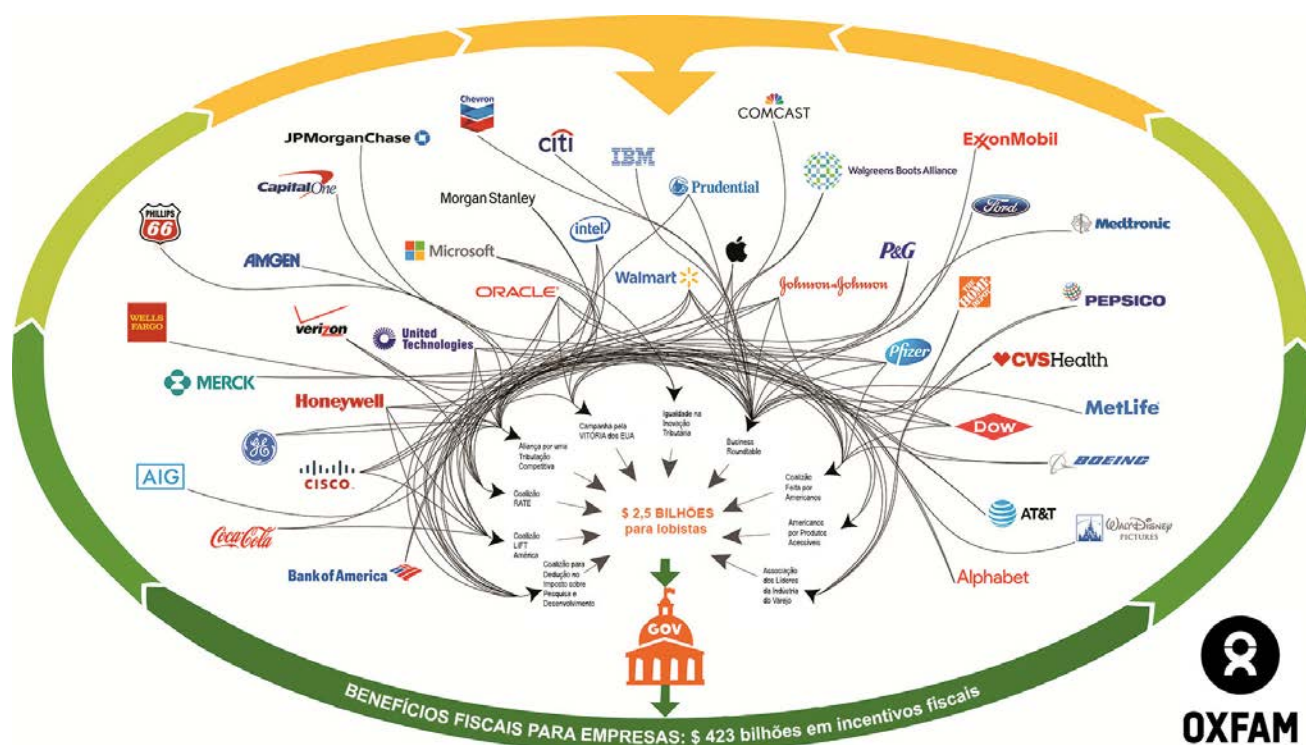


Figura 5 – Visualização do Código Tributário Manipulado – Mapa de participação das coalizões de lobby tributário corporativo – Versão interativa disponível em www.oxfamamerica.org/riggedreform. Consta anexa uma lista completa dos participantes⁶⁹.

Em média, cada uma das 50 empresas participa pelo menos de duas coalizões empenhadas em influenciar os legisladores tributários no Congresso. Oito das 50 empresas participam de quatro ou mais coalizões que estão pressionando por um tratamento tributário favorável. A Walmart está na frente, participando de pelo menos seis coalizões distintas, seguida da Honeywell International Inc., Johnson & Johnson, Oracle Corporation, Pfizer Inc. e United Technologies, participando cada uma de cinco coalizões. Tanto a Cisco Systems, Inc. como a Dow Chemical Company participam de pelo menos quatro grupos.

Muitas coalizões possuem nomes retoricamente ambíguos, como a Coalizão LIFT (Vamos Investir no Futuro da) América ou a Coalizão Igualdade na Inovação Tributária (TIE). Costuma haver uma sobreposição dos membros participantes e cada grupo se ocupa de um nicho específico pertinente a seus membros, como a busca por impostos mais baixos sobre propriedade intelectual ou para pesquisa e desenvolvimento. O vínculo que há entre eles consiste no foco inexorável na redução dos impostos pagos

pelas empresas de grande porte de formas que beneficiem o máximo possível os mais ricos do mundo.

COALIZÃO	TOTAL DE MEMBROS
Aliança por uma Tributação Competitiva	37
Coalizão Feita por Americanos	25+
Americanos por Produtos Acessíveis	167
Business Roundtable	186
Coalizão LIFT América	21
Coalizão para Dedução no Imposto sobre Pesquisa e Desenvolvimento	60
Coalizão RATE (Reforma Justa dos Impostos dos EUA)	33
Associação dos Líderes da Indústria do Varejo	71
Igualdade na Inovação Tributária	16
Campanha pela VITÓRIA dos EUA⁷⁰	43

Figura 6 – Coalizões de Lobby Tributário Corporativo – Consta anexa uma lista completa dos participantes.⁷¹

Reforma desatinada

Como principal prioridade compartilhada após o fracasso da revogação e substituição da lei de saúde “Obamacare”, o Governo Trump e os líderes no Congresso estão no encalço de uma nova empreitada para reformar radicalmente o código tributário dos EUA.

Presidente Trump traçou altas expectativas ao afirmar que conseguirá reparar uma economia e um sistema tributário norte-americanos que, segundo sua própria descrição, estão manipulados contra as classes baixa e média, além de serem controlados por interesses especiais. Ainda assim, essas reformas⁷² só farão manipular ainda mais as leis tributárias norte-americanas em favor dos interesses especiais dos ricos e poderosos e intensificar a corrida global até o fundo do poço na tributação de pessoas jurídicas, ao passo que farão pouco para prevenir que grandes empresas desloquem seus lucros para paraísos fiscais no exterior, estimulando a crise da desigualdade.

Se forem aprovadas como lei, o efeito geral das reformas na tributação de pessoas jurídicas e físicas propostas por Trump e os líderes no Congresso será o de reduzir impostos para os norte-americanos mais abastados e recompensar as empresas de maior porte e rentabilidade pela evasão de seus impostos. Os planos de Trump e do Partido Republicano na Câmara dos Deputados beneficiarão basicamente as multinacionais rentáveis e seus acionistas, muitos dos quais já são ricos, enquanto prejudicam as pessoas carentes e a classe média com o aumento no custo de itens do cotidiano e cortam receitas necessárias para o pagamento de infraestrutura e serviços públicos tanto nos EUA como em países em desenvolvimento. Somados às suas propostas multitrilionárias para cortar impostos para os ricos, esses planos representam um esquema para gerar ainda mais desigualdade nos EUA e no mundo.

Segundo o *Tax Policy Center* (em tradução livre para o português, Centro de Política Tributária), o plano do Partido Republicano na Câmara dos Deputados custaria US\$ 3,1 trilhões na primeira década, US\$ 3 trilhões com a estimativa de que o plano impulsionará algum crescimento econômico⁷³. Segundo estimativa do centro, as reformas dos impostos para pessoas jurídicas contidas no plano custam US\$ 890 bilhões durante 10 anos. Mais de ¾ da redução da carga tributária seriam destinados à

parcela do topo de 1% dos contribuintes, em comparação a apenas 0,8% destinado ao quinto mais carente da população⁷⁴.

O presente artigo aborda três elementos essenciais relativos à tributação de pessoas jurídicas nas propostas de reforma oferecidas pelos líderes do Partido Republicano no Congresso e o Presidente Trump: Reduções nas Alíquotas para Pessoa Jurídica, a Anistia de Repatriação e o Imposto de Ajuste de Fronteira, todos eles atendem aos interesses dos ricos e das empresas rentáveis, em detrimento das pessoas mais carentes e vulneráveis, bem como do povo trabalhador dos EUA e de países em desenvolvimento⁷⁵.

Alíquotas para Pessoa Jurídica

Tanto o Presidente Trump como os líderes no Congresso prometeram cortes drásticos gerais na alíquota para pessoa jurídica. A alíquota federal “legal” para pessoa jurídica em vigor é de 35%, porém as grandes empresas fazem uso de vários incentivos e brechas fiscais para reduzir consideravelmente sua alíquota efetiva⁷⁶.

Nos EUA, a parcela do topo do 1% da população (com rendimento superior a \$ 450.000,00 por ano) ganha 45% proveniente da renda de pessoas jurídicas⁷⁷. Significa dizer que o custo dos impostos de pessoa jurídica se aplica muito mais aos ricos do que aos norte-americanos medianos⁷⁸. Portanto, o impacto primário da redução da alíquota para pessoa jurídica será o de aumentar os lucros de acionistas abastados exercendo ao mesmo tempo maior pressão sobre o orçamento federal.

Os defensores de alíquotas mais baixas argumentam que o corte gerará crescimento e criará empregos. Na realidade, muitas empresas já afirmam que planejam repassar as economias para os acionistas abastados⁷⁹. De acordo com o Tax Policy Center, as imensas reduções da carga tributária do plano Ryan aumentariam a saída em um ponto percentual entre 2017 e 2026, mas que esse impacto positivo desapareceria à medida que déficits orçamentários mais altos elevem as taxas de juros e desestimulem o investimento da iniciativa privada⁸⁰. Se as reduções da carga tributária forem acompanhadas de cortes nos gastos para equilibrar o orçamento, o efeito líquido no crescimento e nos empregos é incerto (sem falar da perda de serviços públicos para os cidadãos).

O presidente Trump propôs diminuir a alíquota legal para pessoa jurídica para 15%, enquanto o Partido Republicano na Câmara dos Deputados planeja baixar a alíquota para 20%. Alíquotas mais baixas também envolvem a probabilidade de alimentar a corrida global destrutiva até o fim do poço na tributação de pessoas jurídicas. Para os proponentes dos planos, na realidade, a corrida global é um dos pontos-chave de convencimento de sua proposta. “Os EUA saltarão rapidamente da posição de lanterninha” entre as economias desenvolvidas em termos de política tributária favorável para os negócios, “para a primeira posição”, afirmou o Congressoista Republicano Brady, do Texas⁸¹.

Contudo em uma competição baseada em alíquotas, não há como essa posição de liderança durar muito tempo. Nas semanas que sucederam a eleição norte-americana, o Reino Unido já sinalizava sua ambição de competir com o novo governo dos EUA no quesito impostos⁸². Os últimos 20 anos de competição acirrada entre países rumou em direção a alíquotas cada vez mais baixas. Em 1990, a alíquota legal média para pessoa jurídica do G20 era de 40%; em 2015, foi de 28,7%⁸³.

Para complementar, hoje existe uma grande quantidade crescente de países com alíquota zero para pessoas jurídicas, ou abaixo da metade da média mundial⁸⁴. Em dezembro de 2015, a OCDE divulgou que as receitas médias provenientes de lucros e ganhos de pessoas jurídicas em países da OCDE caíram de 3,6% para 2,8% do PIB entre 2007 e 2014⁸⁵.

A diminuição das alíquotas é (na melhor das hipóteses) uma estratégia a curto prazo para competir em uma economia global. Alegações de que alíquotas mais baixas representam uma cura milagrosa que criará empregos e impulsionará o crescimento carecem de provas para embasamento. Por definição, uma corrida até o fundo do poço termina com todos no fundo do poço.

Anistia de repatriação

A segunda área em que o presidente Trump e os líderes no Congresso estão de olho para turbinar a lucratividade dos ricos acionistas é por meio de uma anistia única de repatriação para os lucros que as empresas já têm ocultados no exterior⁸⁶.

Esse incentivo fiscal reduziria retroativamente os impostos que já são devidos sobre lucros que já foram auferidos. A última anistia de repatriação, aprovada pelo Governo Bush em 2004, foi um grande fracasso. Uma investigação conduzida pelo Senado dos EUA constatou que as 15 empresas mais beneficiadas com a anistia de repatriação fizeram um corte líquido de mais de 20.000 empregos, diminuíram o ritmo do investimento em pesquisa, custaram ao Tesouro dos EUA US\$ 3,3 bilhões com a perda estimada de receita durante 10 anos, além de terem motivado empresas norte-americanas a ocultarem mais fundos no exterior⁸⁷.

As anistias de repatriação recompensam as empresas por manterem dinheiro no exterior e praticar evasão fiscal, em detrimento do Tesouro e dos contribuintes dos EUA. Essa medida incentiva empresas a mover seus lucros para paraísos fiscais na expectativa de que em algum momento serão beneficiadas com alguma redução única da carga tributária. O efeito primário das anistias fiscais é permitir que as empresas desembolsem mais dividendos a acionistas abastados sem ter de incorrer em impostos sobre os lucros. Executivos corporativos já estão dando indícios de que os benefícios provenientes das propostas de anistia fiscal provavelmente serão gastos em benefício dos investidores e não de quem está à procura de emprego⁸⁸.

O presidente Trump propôs um imposto único sobre os lucros de pessoa jurídica no exterior de 10%. O Partido Republicano na Câmara dos Deputados propõe um imposto único sobre os lucros de pessoa jurídica no exterior de 8,75% sobre caixa e 3,5% sobre outros ganhos, a serem pagos ao longo de um período de oito anos. Ambas as alíquotas são consideravelmente menores do que a alíquota legal de 35% atualmente em vigor para esses lucros.

As 50 maiores empresas e seus abastados acionistas estariam entre os maiores vencedores dessas propostas. A Oxfam estima que as 50 maiores empresas ganhariam entre US\$ 312 e US\$ 327 bilhões de um dia para o outro com essa única mudança política⁸⁹. Entre os maiores ocultadores de dinheiro no exterior estão a Apple, Pfizer, Microsoft e General Electric, que seriam de longe os maiores beneficiários desse plano, respondendo por US\$ 132 bilhões, mais de 40% do total, somente entre essas quatro empresas.

Nome da Empresa	Lucros Permanentemente Reinvestidos (PRE)	Benefício Estimado do Plano de Repatriação de Trump	Benefício Estimado do Plano de Repatriação da Câmara
Apple	\$200.100.000.000	\$43.450.285.714	\$45.622.800.000
Pfizer	\$193.586.538.462	\$35.892.524.529	\$37.687.150.755
Microsoft	\$124.000.000.000	\$28.077.142.857	\$29.481.000.000
General Electric	\$104.000.000.000	\$19.282.448.980	\$20.246.571.429
IBM	\$68.100.000.000	\$12.626.295.918	\$13.257.610.714
Merck	\$59.200.000.000	\$10.976.163.265	\$11.524.971.429
Alphabet (Google)	\$58.300.000.000	\$10.809.295.918	\$11.349.760.714
Cisco Systems	\$58.000.000.010	\$10.753.673.471	\$11.291.357.145
Johnson & Johnson	\$58.000.000.000	\$10.753.673.469	\$11.291.357.143
Oracle	\$42.600.000.000	\$9.493.714.286	\$9.968.400.000
Exxon Mobil	\$51.000.000.000	\$9.455.816.327	\$9.928.607.143
Procter & Gamble	\$49.000.000.000	\$9.085.000.000	\$9.539.250.000
Citigroup	\$45.200.000.000	\$9.072.285.714	\$9.525.900.000
Chevron	\$45.400.000.000	\$8.417.530.612	\$8.838.407.143
Amgen	\$32.600.000.000	\$8.150.000.000	\$8.557.500.000
PepsiCo	\$40.200.000.000	\$7.453.408.163	\$7.826.078.571
Gilead Sciences	\$28.500.000.000	\$6.921.428.571	\$7.267.500.000
Coca-Cola	\$31.900.000.000	\$5.914.520.408	\$6.210.246.429
JPMorgan Chase	\$34.600.000.000	\$5.857.285.714	\$6.150.150.000
United Technologies	\$29.000.000.000	\$5.376.836.735	\$5.645.678.571
Medtronic	\$29.000.000.000	\$5.376.836.735	\$5.645.678.571
Intel	\$26.900.000.000	\$4.987.479.592	\$5.236.853.571
Wal-Mart Stores	\$26.100.000.000	\$4.839.153.061	\$5.081.110.714
Goldman Sachs Group	\$28.550.000.000	\$4.037.785.714	\$4.239.675.000
Bank of America	\$18.000.000.000	\$3.574.285.714	\$3.753.000.000
Mondelēz International	\$19.200.000.000	\$3.559.836.735	\$3.737.828.571
Dow Chemical	\$18.773.000.000	\$3.480.667.449	\$3.654.700.821
Honeywell International	\$16.600.000.000	\$3.077.775.510	\$3.231.664.286
American Express	\$9.900.000.100	\$2.142.642.879	\$2.249.775.023
Berkshire Hathaway	\$10.400.000.000	\$1.928.244.898	\$2.024.657.143
General Motors	\$6.900.000.000	\$1.279.316.327	\$1.343.282.143
MetLife	\$4.900.000.000	\$908.500.000	\$953.925.000
Home Depot	\$3.500.000.000	\$648.928.571	\$681.375.000
Morgan Stanley	\$10.209.000.000	\$634.416.429	\$666.137.250
Prudential Financial	\$3.215.000.000	\$596.087.245	\$625.891.607
Ford Motor	\$5.500.000.000	\$569.642.857	\$598.125.000
Phillips 66	\$2.800.000.000	\$519.142.857	\$545.100.000
Wells Fargo	\$2.000.000.000	\$398.571.429	\$418.500.000
Walt Disney	\$2.700.000.000	\$391.500.000	\$411.075.000
Allergan	\$2.087.600.000	\$387.058.082	\$406.410.986
American International Group (AIG)	\$1.800.000.000	\$333.734.694	\$350.421.429
Verizon Communications	\$1.799.999.000	\$333.734.508	\$350.421.234
Capital One Financial	\$1.500.001.100	\$278.112.449	\$292.018.071
Boeing	\$700.000.000	\$129.785.714	\$136.275.000
UnitedHealth Group	\$459.000.000	\$85.102.347	\$89.357.464
Comcast	N/A	N/A	N/A
AT&T	N/A	N/A	N/A
CVS Health	N/A	N/A	N/A
US Bancorp	N/A	N/A	N/A
Walgreens Boots Alliance	N/A	N/A	N/A
TOTAL	\$1.606.780.138.672	\$312.317.672.449	\$327.933.556.071

Figura 7 – Benefícios para as 50 maiores empresas públicas dos EUA provenientes da proposta de “anistia de repatriação” de Trump/Partido Republicano na Câmara dos Deputados⁹⁰.

Ajuste de fronteira

Os meios cada vez mais agressivos com que as empresas estão fazendo uso de paraísos fiscais e outras estruturas de negócio complexas e artificiais para reduzir sua carga tributária se tornaram uma justificativa frequente para as propostas de reforma tributária oferecidas pelo Congresso e o Governo Trump⁹¹. O presidente Trump e líderes no Congresso argumentaram que a redução das alíquotas para pessoa jurídica nos EUA aliada a outras reformas interromperão o fluxo de negócios dos EUA que estão movendo produção e sedes para o exterior⁹².

A proposta mais radical e, de fato, controversa para atingir essa meta é o que se conhece como “Imposto de Ajuste de Fronteira” (BAT), incluído no plano tributário do Partido Republicano na Câmara dos Deputados. O princípio básico do plano é eliminar os impostos sobre exportação e as deduções de impostos sobre as importações. O *Institute on Taxation and Economic Policy* (ITEP ou, em tradução livre para o português, Instituto sobre Política de Tributação e Econômica) oferece uma explicação de valia sobre a forma como o BAT funciona com exemplos⁹³, apresentada abaixo.

A proposta procura reparar a evasão fiscal praticada pelas empresas nos EUA da forma como conhecemos, tornando a situação pior em outros lugares e introduzindo uma tendência para a produção com base nos EUA. No entanto, além de ser arriscado e não comprovado, o plano é regressivo, ruim para as pessoas mais pobres e para os trabalhadores nos EUA e ruim para países em desenvolvimento e suas populações. O esforço pode ser bem-intencionado para incentivar a criação de empregos nos EUA e alavancar a receita para ajudar a compensar o custo de trilhões de dólares em reduções da carga tributária para os ricos, porém, na realidade, aumentará a pobreza e a desigualdade nos EUA e em países em desenvolvimento.

Apresentamos a seguir cinco das principais razões porque o BAT é uma má ideia:

1. O BAT não vai acabar com a evasão fiscal

Embora os proponentes do BAT estejam vendendo sua ideia com base na capacidade de persuadir empresas dos EUA a parar com a evasão fiscal nos EUA, essa proposição é, no máximo, incerta. Já existem várias maneiras conjecturadas pelos especialistas tributários para as empresas ajustarem seus modelos de negócio a fim de dar continuidade à prática da evasão fiscal. Ao invés de pôr fim à evasão fiscal, o BAT alavancará um novo jogo de exploração dos mais fracos com um conjunto diferente de técnicas de evasão fiscal.

O relatório recente do ITEP sobre o BAT oferece um resumo de vários exemplos⁹⁴:

a. Empresas de tecnologia dos EUA poderiam vender seu software para empresas estrangeiras, que poderiam revendê-lo pela internet para consumidores norte-americanos sem pagar impostos nos EUA.

b. Transações e outros “serviços” financeiros podem ser isentos do BAT por figurarem em certos Impostos sobre Valor Agregado que oferecem “regalias” para firmas financeiras. É exatamente nesse tópico que o Congressista Brady se vangloriou do papel desempenhado pelos lobistas bancários ao ajudar na redação de seu projeto de lei tributária (vide página 5, “Eles estão se encontrando semanalmente com nossa equipe tributária”). Para sermos justos com o Congressista Brady, ele declarou que “não prevê exceções [para o ajuste de fronteira]”⁹⁵. Porém, sua avidez de tranquilizar a

indústria de serviços financeiros acerca da extensão do acesso especial que estão recebendo não inspira confiança sobre a forma como o projeto de lei está sendo elaborado e quem será beneficiado.

c. Exportadores norte-americanos poderiam se unir a importadores para colher vantagens tributárias em detrimento de vantagens no mercado. Esse cenário distorceria o mercado e acarretaria ineficiências capazes de prejudicar o crescimento. Além disso, ao eliminar o imposto sobre lucros no exterior, a atual proposta do BAT criaria incentivos maiores para a evasão fiscal por empresas dos EUA em relação aos impostos devidos a governos estrangeiros, com a criação de encargos adicionais em países em desenvolvimento que já perdem mais de \$ 100 bilhões a cada ano para a evasão fiscal.

O atual sistema tributário dos EUA para pessoas jurídicas exige que as empresas paguem um imposto de 35% sobre lucros independentemente do lugar onde sejam auferidos. Em tese, isso significa que as empresas norte-americanas não deveriam ter incentivo para deslocar lucros no exterior para paraísos fiscais. No entanto, a brecha do diferimento atualmente permite a evasão fiscal por empresas de grande parcela de seus impostos dos EUA incidentes sobre lucros auferidos no exterior simplesmente deixando-os lá por tempo indeterminado, questão que precisa ser tratada.

No entanto, renunciar ao sistema tributário mundial em favor de um BAT criaria novos e maiores incentivos para as empresas fazerem uso de artimanhas e paraísos fiscais para reduzir os impostos que pagam sobre os lucros auferidos no exterior, visto que não haveria mais a expectativa de que esses lucros venham a ser submetidos à alíquota de 35% dos EUA.

Não só as empresas norte-americanas terão maior incentivo para sonegar, como governos estrangeiros também terão maior incentivo para entrar em uma corrida prejudicial até o fundo do poço para atrair negócios norte-americanos.

Com o sistema de tributação mundial dos EUA, em tese, não há vantagens para que um país conceda incentivos fiscais a multinacionais norte-americanas com o intuito de atrair investimento, pois as multinacionais norte-americanas devem aos EUA um imposto de 35% independentemente de onde o lucro seja auferido. Com a eliminação do imposto de 35% sobre lucros mundiais, os governos estrangeiros serão induzidos a multiplicar os incentivos fiscais direcionados a empresas norte-americanas.

Os países em desenvolvimento, em particular, enfrentam pressões extremas para oferecerem incentivos fiscais especiais na tentativa de atrair investimentos. Com frequência demasiadamente alta, incentivos fiscais já foram constatados como ineficazes, ineficientes e dispendiosos. Em uma pesquisa recente realizada pelo Banco Mundial com investidores na África Oriental, 93% deles declararam que teriam feito o investimento de qualquer forma, mesmo sem o oferecimento de incentivos fiscais⁹⁶.

Os incentivos fiscais representam um problema especialmente desafiador em países em desenvolvimento. Por exemplo, o Quênia perde US\$ 1,1 bilhão por ano com isenções e incentivos fiscais (quase o dobro de todo o orçamento do governo com saúde⁹⁷), em um país onde mães enfrentam uma chance de 1 em 40 de morrer no parto⁹⁸. A Nigéria gasta US\$ 2,9 bilhões em incentivos fiscais, o dobro do que gasta com educação, apesar de 6 milhões de meninas no país não frequentarem a escola⁹⁹.

2. O efeito do BAT sobre o dólar sairia muito caro para os americanos e para os países em desenvolvimento

Os defensores do BAT alegam que não se trata de um imposto protecionista porque fará com que o dólar seja valorizado. Se o dólar realmente irá se valorizar até os níveis previstos e com que rapidez ocorrerá essa mudança são questões que permanecem abertas a muitos debates.¹⁰⁰ A incerteza em si é uma grande fraqueza do BAT: muitas

empresas lucrativas poderiam sofrer na medida em que suas estratégias comerciais de longo prazo forem atrapalhadas por flutuações imprevisíveis da moeda.

Se o dólar se valorizar em 25%, como alguns analistas previram¹⁰¹, as leis de oferta e procura indicam que o mercado se adaptaria e que os “incentivos” pretendidos para a produção e criação de empregos nos EUA seriam um fracasso.¹⁰² Isso mina o principal argumento a favor do BAT: devido à valorização do dólar, o BAT não melhorará a competitividade americana. Ademais, haveria ainda custos substanciais para qualquer um detendo dívidas ou ativos em moeda estrangeira indexado pelo dólar americano.

“O dólar valorizado erodiria a posição dos ativos estrangeiros líquidos dos EUA, porque esmagadores 85% de seus recursos estrangeiros estão expressos em dólares, enquanto que cerca de 70% de seus ativos estrangeiros estão expressos em uma moeda estrangeira”.¹⁰³ De acordo com Stan Veuger, do *American Enterprise Institute*, esse custo chegaria a “uma perda de quase US\$2,5 trilhões para cidadãos e empresas americanas, ou quase US\$8.000 por americano”.¹⁰⁴

Não são apenas os americanos que padeceriam. Empresas, pessoas físicas e empresas com dívidas em dólares americanos também veriam suas dívidas irem às alturas de um dia para o outro. Empresas turcas acumularam dívidas em dólar equivalentes a 50% do PIB turco, e a Turquia enfrentaria uma crise financeira no momento em que é a nação que mais recebe refugiados no mundo.¹⁰⁵ Uma mistura explosiva.

A subida do dólar prejudica os países em desenvolvimento de muitas maneiras. Pelo fato de a dívida de muitos países em desenvolvimento serem expressas em dólares, eles têm de levantar mais receitas em suas moedas para honrar seus débitos quando o dólar se valoriza. Os países em desenvolvimento também dependem das exportações de matérias-primas, negociadas em dólar. Quando o dólar se valoriza, o preço das commodities cai, o que arrasa ainda mais as receitas desses países em desenvolvimento.¹⁰⁶

A história recente nos dá uma prévia do que uma valorização de 25% do dólar poderia significar para os países em desenvolvimento. O dólar se valorizou em cerca de 20% em 2014/2015 e o preços das commodities caíram no mesmo período. Um estudo dos ônus de dívidas dos países em desenvolvimento estima que os governos de 51 países em desenvolvimento perderam um total de US\$61 bilhões em 2016 como resultado. Isso é mais do que o dobro dos gastos americanos em ajuda destinada ao combate da pobreza no exterior.¹⁰⁷ Damos com uma mão e tiramos com a outra.

3. O BAT prejudicará os consumidores americanos, principalmente pobres, trabalhadoras e trabalhadores

A própria essência do BAT é regressiva e substitui uma das formas mais progressivas de tributação com a qual os EUA contam atualmente. Na medida em que o dólar não se valorizar completamente para mitigar o imposto, o BAT aumentará preços para os consumidores, transferindo uma fatia maior dos custos com impostos empresariais para os consumidores – como alguns economistas advertiram, incluindo a presidente do *Federal Reserve*, Janet Yellen¹⁰⁸ Isso prejudicará desproporcionalmente as pessoas pobres e trabalhadoras, ao passo em que ajudará os ricos.

Os varejistas, que têm feito lobbies agressivos para impedir o BAT, avisaram que os consumidores poderão enfrentar preços 20% mais elevados em tudo, desde gasolina até vestuário. O *Americans for Affordable Products*, a coalizão lobista apoiada pelo empresariado contra o BAT, diz que “o custo de produtos essenciais do cotidiano, como alimentação, vestuário e medicamentos, aumentará em mais de US\$1.700 para os consumidores”, US\$1 trilhão a mais ao longo de 10 anos.¹⁰⁹

Dentre os principais atrativos que os defensores do BAT citam é que ele crescerá em US\$1,2 trilhão ao longo de 10 anos para ajudar a compensar os cortes nos impostos propostos em outros pontos do projeto de lei, que chegarão principalmente aos ricos e às empresas lucrativas. Essa receita é a parte fundamental dos esforços do Partido Republicano para reformar o código tributário sem aumentar o déficit.

“Defensores como [o presidente da Câmara Paul] Ryan advertem que os esforços de reforma tributária implodirão sem o plano de ajuste de fronteiras, porque os legisladores não têm nenhuma outra maneira óbvia de levantar o US\$1 trilhão que geraria para financiar os cortes nos impostos e certamente não têm nenhuma alternativa que não crie seus próprios inimigos”.¹¹⁰

Porém, há dúvidas se a proposta realmente aumenta a receita no tanto estimado por seus proponentes.¹¹¹ Mesmo com essa receita adicional, elevada de uma forma mais regressiva do que o atual imposto empresarial, o plano fiscal do Partido Republicano “representaria um corte líquido nos impostos empresariais, uma das fontes mais progressivas do código tributário, em cerca de US\$1,3 trilhão ao longo da próxima década”.¹¹²

4. O BAT provavelmente desrespeita a OMC e desencadearia batalhas comerciais

A proposta do BAT provavelmente também viola a legislação comercial internacional e tratados e acordos que os EUA já celebraram, incluindo mais significativamente as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). As regras da OMC proíbem que os países subsidiem exportações ou penalizem importações injustamente. “Para essa finalidade, o critério principal na avaliação do sistema tributário de um país pela OMC é se o país trata produtos nacionais e estrangeiros igualmente”.¹¹³

O plano do Partido Republicano na Câmara não trata igualmente os produtos nacionais e estrangeiros porque permite que as empresas deduzam os ordenados e salários pagos por produtos nacionais, que representam a maior parte da base de cálculo fiscal, essencialmente subsidiando a produção americana.¹¹⁴ Nossos parceiros comerciais contestarão o BAT nessa base, ainda que aconteça de a valorização do dólar neutralizar o efeito protecionista do BAT.

Violar as regras da OMC pode levar a retaliações que talvez custem caro, com potencial de até mesmo desencadear uma guerra comercial. Seguir o processo da OMC é demorado, mas países isolados poderiam retaliar imediatamente contra os EUA, e uma série deles, incluindo a Alemanha e o México, já estão avisando que reagirão de formas que atingirão os consumidores e os negócios americanos.¹¹⁵

5. Há formas mais eficazes de parar a elisão fiscal que não prejudicam as pessoas carentes

Enquanto que o BAT apresenta claros problemas e custos, há outras maneiras melhores de reprimir a elisão fiscal por empresas americanas que ajudariam a aumentar as receitas dos EUA e a garantir que as empresas americanas paguem os impostos que devem aos países em desenvolvimento também.

A solução mais simples e eficaz para a elisão fiscal empresarial é acabar com a brecha do diferimento e evitar inversões.¹¹⁶ Isso ajustaria o sistema mundial e removeria amplamente o incentivo que as empresas atualmente possuem para realocar a produção para o exterior ou para transferir artificialmente os lucros para o exterior, pois pagariam a mesma alíquota sobre seus lucros globais independentemente de sua localização. Isso também elevaria em \$119 bilhões por ano as alíquotas atuais.¹¹⁷

Acabar com o diferimento também ajudaria os países em desenvolvimento a levantar mais receitas para serviços essenciais. Isso removeria o incentivo das empresas multinacionais americanas para transferir artificialmente os lucros de suas operações em países em desenvolvimento para paraísos fiscais porque seriam obrigadas a pagar os impostos americanos de qualquer forma. Também tornaria desnecessário que os países em desenvolvimento competissem entre si com incentivos fiscais para atrair multinacionais americanas.

Ainda que não acabando com os diferimentos e as inversões, outras medidas podem ser tomadas para refrear a elisão fiscal empresarial. Obrigar relatórios públicos sobre lucros, impostos, ativos e funcionários por país é um passo crucial para fins de transparência sobre a elisão fiscal no exterior. Possibilitaria que os países reprimissem a elisão fiscal oculta pelo sigilo empresarial e desencorajaria as empresas a transferir artificialmente seus lucros. Em 2016, os EUA aplicaram regras exigindo que grandes multinacionais começassem a informar seus dados ao IRS, porém não ao público. Os informes públicos são medidas cruciais para assegurar que os países em desenvolvimento possam acessar os dados e combater a elisão ou a sonegação fiscal. Obrigar a transparência dos reais proprietários das empresas fantasma é outra providência que auxiliaria a combater a sonegação fiscal e outros crimes financeiros.

Outras medidas podem ser tomadas para fechar brechas específicas na tributação empresarial, como “determinação fraudulenta da transferência”¹¹⁸ e “retirada indevida de ganhos”¹¹⁹. A legislação já existe no congresso para tratar de todas estas questões, e poderia ser rapidamente incorporada em um novo projeto de reforma tributária.

Estas ideias simplificariam as estruturas tributárias, elevariam a receita substancial e até permitiriam que os legisladores reduzissem as alíquotas previstas em lei, enquanto que manteriam as receitas para o governo americano estáveis ou da maneira ideal mais elevadas do que hoje.

Como funciona o BAT?

Quando uma empresa exporta um produto para fora dos Estados Unidos, a receita obtida com esse produto seria isenta do imposto de renda de pessoa jurídica americana. Por outro lado, as empresas importadoras de produtos não poderiam mais deduzir os custos do produto como uma despesa.

Para ilustrar como isso funcionaria, veja um exemplo simplificado de como o atual sistema mundial (ignorando as deduções e os diferimentos estrangeiros) e o sistema de ajuste de fronteiras se aplicaria a uma empresa americana de vinhos com um valor substancial de vendas externas na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1. Exportador nacional dependente de vendas no exterior

	Cool Wine Co. No sistema atual	Cool Wine Co. Com o ajuste de fronteiras
Vendas Internas	\$50	\$50
Vendas Externas	\$150	\$150 (não tributável)
Vendas Tributáveis	\$200	\$50
Custos Trabalhistas	\$75	\$75
Custos de Importação	\$50	\$50 (não dedutível)
Custos Dedutíveis	\$125	\$75
Lucros Tributáveis (Vendas Tributáveis – Custos Dedutíveis)	\$75	-\$25
Imposto (20%)	\$15	-\$5 (restituição de imposto)
Lucro após impostos (Vendas – Custos – Imposto)	\$60	\$80

De acordo com o sistema atual, os lucros tributáveis são calculados adicionando-se as vendas externas e internas (US\$200) e então subtraindo-se os custos totais trabalhistas e de importação (US\$125) para obter um rendimento tributável de US\$75. Em contraste, sob o sistema de ajuste de fronteiras, as vendas externas e os custos de importação são ignorados, de forma que o cálculo é de vendas internas (US\$50) menos custos trabalhistas (US\$75) para obter um rendimento tributável de US\$25 negativos. Na Tabela 1, a Cool Wine Co. acaba tendo um valor mais baixo de lucros tributáveis porque a impossibilidade de deduzir o custo de suas importações (US\$50) é superada pelo benefício que recebe ao escapar da tributação sobre suas vendas externas (US\$150).

O efeito oposto é possível para uma empresa dependente muito mais de importações e de vendas internas. Como mostra a Tabela 2, se a Warm Wine Co. dispendesse US\$50 a menos em mão-de-obra, US\$50 a mais em importações e vendesse US\$75 a mais de seus produtos internamente, seus lucros tributáveis não se alterariam (US\$75) em comparação com a Cool Wine Co. no sistema atual. Por outro lado, com o ajuste de fronteiras, seus lucros tributáveis dobrariam para US\$150 porque estes lucros seriam uma função de suas vendas internas (US\$175) menos seus custos trabalhistas (US\$25).

Tabela 2. Vendedor nacional dependente de vendas no exterior

	Warm Wine Co. No sistema atual	Warm Wine Co. Com o ajuste de fronteiras
Vendas Internas	\$175	\$175
Vendas Externas	\$25	\$25 (não tributável)
Vendas Tributáveis	\$200	\$175
Custos Trabalhistas	\$25	\$25
Custos de Importação	\$100	\$100 (não dedutível)
Custos Dedutíveis	\$125	\$25
Lucros Tributáveis (Vendas Tributáveis – Custos Dedutíveis)	\$75	\$150
Imposto (20%)	\$15	\$30
Lucro após impostos (Vendas – Custos – Imposto)	\$60	\$45

Recomendações

As regras tributárias americanas e globais precisam urgentemente de reformas. Porém, as soluções de políticas apresentadas nas atuais propostas de reforma tributária do presidente Trump e do Partido Republicano na Câmara fazem mais mal do que bem. O presidente Trump e os líderes na Câmara apresentaram planos de reforma tributária que oferecem trilhões de dólares em redução da carga tributária para grandes empresas e para os ricos. Estes planos pressionam drasticamente o orçamento federal, forçando a cortes draconianos em programas sociais e em ajuda crucial que salvam vidas e melhoram a qualidade de vida das pessoas mais carentes e dos mais vulneráveis do mundo.

Em uma economia cada vez mais globalizada, onde os paraísos fiscais e jurisdições sigilosas cortejam as empresas com acordos privilegiados e isenção de impostos, não se pode oferecer prosperidade sustentável e compartilhada através de uma implacável concorrência fiscal global. Em vez de competir para vencer uma corrida até o fundo, a reforma tributária empresarial tem de ser construída sobre uma nova estrutura de cooperação, transparência, responsabilidade e sustentabilidade internacional de longo prazo. Reparar o sistema mundial melhorará a competitividade dos EUA de um modo compatível com nossos acordos comerciais e com as normas internacionais de tributação empresarial.

O Congresso e o presidente deveriam abandonar suas atuais propostas de reforma e começar de novo com as seguintes ideias:

1. Fechar as brechas do diferimento e da inversão. A linguagem para essa finalidade poderia ser emprestada da Lei de Prevenção de Elisão Fiscal Empresarial, já apresentada no Congresso.
2. Adotar outras medidas para refrear a transferência de lucros para paraísos fiscais, como as incorporadas na Lei Contra o Abuso de Paraísos Fiscais, incluindo restrições à chamada 'retirada indevida de ganhos'. Melhorar a transparência fiscal pública ao exigir que todas as empresas multinacionais divulguem declarações país a país (DPPs) com dados em separado para cada país no qual operem. O mundo precisa ver um detalhamento de seus faturamentos, vendas dentro das empresas, funcionários, ativos físicos, lucros e atuais impostos devidos e impostos pagos a fim de revelar a escala do problema, e para impelir ações urgentes para acabar com a elisão fiscal empresarial de vez.
3. Cooperar com órgãos multilaterais e com outras nações para implementar novos acordos baseados nas medidas da OCDE contra a Erosão de Base e Transferência de Lucros (BEPS), a fim de reprimir a elisão fiscal pelas empresas e acabar com a corrida até o fundo nas alíquotas empresariais. Os EUA deveriam começar a implementar os compromissos que assumiram perante o G20.
4. Trabalhar junto com outras nações em uma nova geração de reformas tributárias empresariais destinadas a cessar a corrida para o fundo em impostos empresariais. As alíquotas empresariais têm de ser fixadas em um nível que seja justo, progressivo e que contribua para o bem coletivo.

As empresas deveriam:

Saber e demonstrá-lo:

- Revelando suas receitas, lucros, impostos, ativos e quantidade de funcionários país a país.
- Divulgando publicamente suas contribuições para formuladores de políticas, entidades de classe, *think tanks* e demais entidades políticas para influenciar a política tributária.

Se comprometer a pagar uma parcela justa de impostos:

- Pagando impostos onde conduzam atividades e se abstendo de recorrer a práticas agressivas de planejamento tributário, como o abuso de paraísos fiscais no exterior, cuja única finalidade seja a redução de seus impostos a pagar.

Defender um sistema tributário mais justo e mais equitativo:

- Usando sua influência com formuladores de políticas públicas e com seus parceiros da iniciativa privada para se opor a reformas tributárias que ampliariam a desigualdade, que tornariam o sistema tributário americano mais inclinado para as grandes empresas e distante das famílias de trabalhadores, que reduziriam as receitas de impostos empresariais em países em desenvolvimento, que enfraqueceriam a cooperação internacional, e que acelerariam a perigosa “corrida até o fundo” em impostos empresariais.

O que é prática tributária empresarial responsável?

Independentemente de o Congresso aprovar a reforma tributária, as empresas multinacionais têm a responsabilidade de exigir um sistema tributário mais equitativo e justo. Isto inclui tanto melhorar suas próprias práticas quanto usar sua influência em Washington e junto a seus parceiros para demandar um tratamento mais igualitário quanto a impostos.

Mais transparência, tanto nos impostos quanto nos lobbies é um primeiro passo necessário. As empresas deveriam divulgar publicamente suas receitas, lucros, impostos pagos, número de funcionários e subsídios públicos recebidos por todas as suas operações em todos os países nos quais operam. Enquanto as empresas não se dispuserem a divulgar publicamente as informações básicas sobre onde pagam seus impostos e onde se dão suas atividades econômicas, será impossível verificar a exatidão das alegações que fazem sobre suas práticas tributárias.

As empresas também devem ser mais transparentes sobre seus esforços para moldar a política tributária aqui nos EUA e no exterior. As empresas não deveriam se esconder atrás de grupos da indústria para fazer seu trabalho sujo. Deveriam revelar todo o dinheiro gasto em influências, seja através de lobby direto ou por meio de entidades de classe, *think tanks* ou demais grupos – e revelar as posições adotadas.

Apostar tudo na confidencialidade e em complexas estruturas tributárias artificiais traz custos reais para as empresas. A Apple está pendurada para pagar US\$ 14 bilhões em impostos atrasados na UE.¹²⁰ O Facebook enfrenta uma cobrança de US\$5 bilhões em impostos no EUA. O Google talvez deva na Indonésia mais de US\$400 milhões em impostos atrasados para 2015.¹²¹ McDonald's, Amazon e Starbucks estão sob investigação fiscal também.

Além de sentirem a pressão legal e regulatória, as empresas também enfrentam crescentes riscos à reputação vindos de jornalistas e de monitores orçamentários. Isto

pode ter grandes implicações financeiras para empresas que gastam grandes somas em agências de publicidade e em firmas de RP para melhorar sua imagem pública.

Como exemplo, dois recentes relatórios sobre a Pfizer e a Gilead mostram que grandes empresas farmacêuticas absorvem enormes subsídios públicos para pesquisa, cobram preços exorbitantes por seus medicamentos, e gastam grandes quantias em lobby – tudo enquanto fazem o possível para evitar sua correta parcela de impostos.¹²² Ao final, os extraordinários esforços da Pfizer para fugir de impostos americanos adicionais mediante “inversão” foram impedidos pelas regras do Tesouro Americano destinadas a evitar ações deste tipo.¹²³ Em vez de investir em novos produtos e serviços geradores de receitas, estas empresas estão investindo em arbitragem fiscal mais agressiva que resulta em valor questionável para a sociedade.

Estudos recentes demonstraram que as empresas que mais gastam em obras de caridade e em outros esforços para serem socialmente responsáveis podem ser também as que mais elidem impostos.¹²⁴ Privar os governos das necessárias receitas muito necessárias não apenas diminui o impacto positivo de sua caridade. Também prejudica sua cuidadosamente cultivada reputação pública. As empresas que se veem a si mesmas e que querem ser vistas pelos outros como cidadãos empresariais responsáveis não podem deixar de pagar sua parcela justa de impostos.

Não é surpresa que com empresas enfrentando multas fiscais de 11 dígitos e enormes danos à reputação, os investidores estão cada vez mais preocupados com o comportamento tributário arriscado das empresas. Diversos grupos de investidores publicaram guias sobre como os acionistas podem lidar com as empresas para que sejam mais transparentes e avaliem melhor os riscos ligados a um planejamento tributário agressivo.¹²⁵

No final das contas, as empresas devem se comprometer a alinhar os pagamentos de seus impostos com sua real atividade econômica. Ocultar trilhões de dólares no exterior, transferir lucros artificialmente para paraísos fiscais, operar uma rede de subsidiárias no exterior e empregar batalhões de contadores, lobistas e consultores de imagem não é receita para o sucesso em longo prazo.

As empresas deveriam ser transparentes sobre todas as suas tentativas de influenciar a política, e usar sua influência para apoiar a legislação como a Lei de Prevenção de Elisão Fiscal Empresarial, que cria um tratamento mais igualitário quanto a impostos, em vez de lutar para preservar as brechas existentes e um status quo desigual.

A Oxfam publicou anteriormente um [abrangente conjunto de recomendações](#) para fins de um comportamento tributário empresarial responsável.¹²⁶ Esse relatório apresenta uma série detalhada de medidas que as empresas podem tomar para exercer a liderança em transparência, planejamento tributário, envolvimento com autoridades tributárias, governança, incentivos fiscais e lobby.

“Ficando de Bem” com a Tributação Empresarial:

Juntamente com a Christian Aid e a ActionAid, a Oxfam publicou recentemente um [relatório](#) que apresenta um caminho a ser seguido pelas empresas para praticar o comportamento tributário empresarial responsável. O relatório declara:

Uma empresa fiscalmente responsável:

- é radical e proativamente transparente sobre sua estrutura comercial e operações, suas questões tributárias e suas tomadas de decisões;

- avalia e divulga os impactos fiscais, econômicos e sociais (positivos e negativos) de suas decisões e práticas relacionadas a impostos de forma acessível e abrangente;
- toma medidas progressivas, mensuráveis e em diálogo com as partes interessadas para melhorar o impacto de seu comportamento tributário sobre o desenvolvimento sustentável e sobre os direitos humanos dos funcionários, clientes e cidadãos dos locais onde conduz atividades.

Metodologia

A Oxfam America, trabalhando em conjunto com nosso parceiro de pesquisas, o *Institute for Taxation and Economic Policy*, coletou dados de cada uma das 50 empresas¹²⁷ para mensurar impostos pagos, incentivos fiscais e gastos com lobby. Todas as informações que apresentamos nesta publicação se baseiam em dados disponíveis publicamente, fornecidos principalmente pelas próprias empresas em seus formulários 10-K para a SEC. Esta seção descreve a metodologia para cada uma das nove métricas que apresentamos.

A Oxfam America tentou entrar em contato com todas as empresas mencionadas neste relatório para compartilhar as conclusões de nossa pesquisa antes da publicação. Muitas das empresas responderam para empregar conosco nossa metodologia ou para dar mais informações, esclarecimentos ou contexto. Este relatório incorpora esse retorno.

Valor pago em impostos

O valor pago em impostos americanos é constituído de seis métricas. Usando os relatórios 10-K anuais das empresas protocolizadas na SEC, calculamos os lucros totais de cada empresa, o imposto de renda federal pago e o total de despesa tributária, e os impostos pagos de 2009 a 2015. Usamos então o total de lucros e o total de despesa tributária para calcular a alíquota efetiva das empresas e os incentivos fiscais que tiveram em comparação com a alíquota legal de 35%.

Lucros

Nos relatórios 10-K anuais das empresas, a Demonstração do Resultado apresenta um número para “lucros antes dos impostos de renda”, representando os lucros da empresa para fins de imposto de renda.¹²⁸ Adicionamos “lucros antes dos impostos de renda” para 2009 a 2015, subtraindo seus ganhos que não sejam de controle acionário a fim de calcular os lucros de cada empresa para esse período.

Despesa Tributária Federal

Nos relatórios 10-K, a nota de rodapé do Imposto de Renda às demonstrações financeiras apresenta os componentes do imposto de renda ou do benefício da empresa, detalhado por valores correntes e diferidos para imposto de renda federal, imposto de renda estadual e municipal e imposto de renda estrangeiro. Usamos tantos os valores atuais quanto os diferidos para que os impostos federais permaneçam de acordo com a abordagem da própria empresa na apresentação de seus valores de impostos em suas Demonstrações do Resultado e no cálculo de suas alíquotas efetivas. Calculamos a provisão total atual e diferida para imposto de renda federal para cada empresa de 2009 a 2015.

Despesa Tributária Total

Nos relatórios 10-K, a Demonstração do Resultado apresenta um número para “provisão para imposto de renda”, representando a despesa com imposto de renda ou benefício atual ou diferido da empresa para impostos federais, estaduais, municipais e estrangeiros. Adicionamos os anos de 2009 a 2015 para calcular o total da provisão para impostos de cada empresa para esse período. Usamos “provisão para imposto de renda” a partir da Demonstração do Resultado e não manipulamos esse número excluindo impostos diferidos para que permanecessem consistentes com a própria abordagem das empresas ao apresentar seus valores de impostos e calcular suas alíquotas efetivas.

Impostos pagos

Nos relatórios 10-K, as empresas informam seus “Impostos Globais Pagos”, que é a soma de dinheiro que efetivamente gastaram naquele ano em impostos. Adicionamos os anos de 2009 a 2015 para calcular os efetivos pagamentos de impostos de cada

empresa para esse período. Como observado no relatório, as empresas pagaram menos em impostos do que informaram dever.

Alíquota global efetiva

Para calcular a alíquota global efetiva, dividimos a despesa tributária total pelo total de lucros de 2009 a 2015 para cada empresa. Esse método se alinha com o próprio cálculo da alíquota efetiva da empresa nos relatórios 10-K. Ao agregar os dados tributários para nosso período de tempo, calculamos a alíquota efetiva para cada empresa a cada ano de 2009 a 2015, e conferimos este cálculo com as taxas informadas pelas próprias empresas.

Incentivos fiscais

A métrica de “incentivos fiscais” representa o valor que as empresas estão pagando a menos em comparação com o valor que pagariam pelo total da taxa legal americana de 35% para imposto de renda pessoa jurídica. Os “incentivos fiscais” foram calculados multiplicando-se o total de lucros de uma empresa por 35% e subtraindo-se a “despesa tributária” para determinar a diferença entre o valor do imposto pago e o valor do imposto que deveria ser pago pelo total da taxa legal.

Impostos elididos no exterior

A fim de apresentar um quadro mais completo das atividades de evasão de impostos dessas empresas, procuramos também avaliar os esforços das empresas para elidir impostos ao deter dinheiro no exterior. Avaliamos então o quanto se beneficiariam dos planos de Trump e do Partido Republicano na Câmara para reduzir a alíquota de repatriação desses fundos.

Dinheiro detido no exterior

Nos relatórios 10-K, as empresas normalmente divulgam o valor dos lucros detidos no exterior na nota de rodapé de Imposto de Renda nas demonstrações financeiras.¹²⁹ O total é geralmente referido como lucros “permanentemente reinvestidos” em determinadas subsidiárias estrangeiras. Embora esses lucros nem sempre sejam detidos como dinheiro ou reservas em dinheiro, e possam de fato ser reinvestidos nas subsidiárias estrangeiras às vezes, ainda assim são lucros de empresas americanas permitidos a escapar da tributação americana. Pelo fato de a maioria dos relatórios 10-K das empresas para 2016 ainda não terem sido liberados na ocasião desta pesquisa, usamos os relatórios 10-K das empresas para 2015 para fins de consistência.

Benefícios do Plano de Repatriação de Trump e do Partido Republicano na Câmara

Nos concentramos exclusivamente nos benefícios para empresas que se acumulariam a partir dos incentivos fiscais sobre seus lucros no exterior. Calculamos o benefício aplicando a diferença entre a taxa que as empresas divulgam que deveriam se repatriassem seus lucros no exterior sob a lei atual em comparação com a taxa nas propostas de Trump/Partido Republicano na Câmara. O presidente Trump propõe uma taxa de repatriação de 10%, e o plano do Partido Republicano na Câmara oferece uma taxa de repatriação de 8,75% para lucros mantidos em dinheiro, e 3,5% para lucros não mantidos em dinheiro. Quanto ao plano do Partido Republicano na Câmara, estimamos os benefícios como se todos os lucros fossem mantidos em dinheiro porque os dados não estão disponíveis para desagrupar os dois. Nem todas as 50 empresas divulgam o quanto de imposto deveriam se repatriassem seus lucros sob a lei atual; elas se valem de uma regra da SEC que lhes permite dizer que seria inviável fazê-lo. Para as empresas que não divulgam estas informações, usamos a taxa média das empresas que de fato divulgam, que é de 26,6%. Portanto, os benefícios que apresentamos são estimativas. O valor efetivo que as empresas economizariam dependerá dos detalhes de qualquer legislação aprovada que se aplique a ativos financeiros específicos das empresas.

O cálculo que usamos é o seguinte:

Lucros detidos no exterior x (Alíquota de repatriação conforme a lei atual – alíquota de repatriação proposta de acordo com os planos de Trump/Partido Republicano na Câmara) = Benefícios Estimados

Subsidiárias em paraísos fiscais

Para determinar o número de subsidiárias, nossa equipe de pesquisa usou o Anexo 21 dos relatórios 10-K das empresas para 2015, a fim de determinar quantas subsidiárias foram informadas pelas empresas e onde se localizavam. Classificamos 50 jurisdições como paraísos fiscais usando três fontes com definições confiáveis de paraísos fiscais: “a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Escritório Nacional de Pesquisas Econômicas, e uma ordem do Tribunal Distrital dos EUA”.¹³⁰

O Anexo 21 – divulgações de subsidiárias inclui somente “subsidiárias significativas”. Esta norma exige somente que as empresas divulguem subsidiárias quando 1) o investimento na subsidiária constituir mais de 10% do total de ativos consolidados da empresa ou 2) a receita da subsidiária exceder 10% do total da receita consolidada da empresa.¹³¹

Uma subsidiária em um paraíso fiscal nem sempre significa uma empresa fantasma estabelecida exclusivamente para fins tributários e de confidencialidade, e muitas empresas justificam a localização de subsidiárias em paraísos fiscais demonstrando que possuem negócios ativos nessas jurisdições. No entanto, está claro que, como um grupo, as multinacionais americanas usam as redes de subsidiárias no exterior para utilizar as regulamentações lenientes e a confidencialidade extra das jurisdições no exterior e as vagas normas americanas para “localizar” uma subsidiária em uma jurisdição. Podem informar lucros maiores em suas subsidiárias no exterior para tirar proveito de alíquotas zero ou baixas, enquanto elidem impostos em outros locais.¹³²

Lobby

Usamos o site Opensecrets.org do *Center for Responsive Politics* para determinar os gastos com lobby das empresas-alvo. Este recurso calcula o total de gastos com lobby de uma empresa e de suas coligadas, utilizando dados de lobby liberados pelo Departamento de Registros Públicos do Senado. Para cada empresa, adicionamos junto o total de gastos com lobby para os sete anos de 2009 a 2015.

Lobbies fiscais

Para determinar a quantidade de dinheiro que as empresas gastam com lobbies fiscais, usamos o número de questões sobre as quais as empresas informam fazer lobby, como indicado pelos relatórios que apresentam no senado americano, disponível em Opensecrets.org. Calculamos a porcentagem dessas questões que se relacionam a impostos. Aplicamos esta porcentagem ao total de gastos com lobby para criar uma estimativa da quantidade de dinheiro gasto especificamente com lobbies fiscais. Esta é uma estimativa necessariamente superficial porque as empresas não divulgam suas despesas com lobby caso a caso. O valor efetivo que as empresas gastam com lobby sobre impostos pode ser mais alto ou mais baixo do que nossa estimativa, porém não temos como saber com certeza sem mais relatórios.

As empresas poderão apresentar diversos relatórios para cada questão na qual trabalham, de forma que a quantidade total de questões para as quais as empresas fazem lobby poderá parecer exagerada (isto é, as empresas apresentam vários relatórios indicando a mesma questão). Contudo, isto não deverá influenciar a porcentagem atribuível ao imposto ou a qualquer outra questão porque todas as questões serão igualmente afetadas pela frequência das apresentações de relatórios.

Anexo 1 - Membros das coalizões de lobbies fiscais:

Nome da Empresa	Coalizões	Total de Membros na Coalizão
Allergan		0
Alphabet (Google)	Alliance for Competitive Taxation; Win America Campaign (desfeita em 2012)	2
American Express		0
American International Group (AIG)	Business Roundtable	1
Amgen	R&D Credit Coalition	1
Apple	R&D Credit Coalition; Win America Campaign (desfeita em 2012); Retail Industry Leaders Association	3
AT&T	RATE Coalition; Business Roundtable	2
Bank of America	Alliance for Competitive Taxation; Business Roundtable	2
Berkshire Hathaway		0
Boeing	Business Roundtable; American Made Coalition	2
Capital One Financial	Capital One Financial	1
Chevron	Business Roundtable	1
Cisco Systems	Alliance for Competitive Taxation; LIFT America Coalition; Win America Campaign (desfeita em 2012); Business Roundtable	4
Citigroup	Business Roundtable	1
Coca-Cola	Alliance for Competitive Taxation; LIFT America Coalition	2
Comcast	Business Roundtable	1
CVS Health	RATE Coalition; Retail Industry Leaders Association	2
Dow Chemical	Alliance for Competitive Taxation; R&D Credit Coalition; Business Roundtable; American Made Coalition	4
Exxon Mobil	R&D Credit Coalition	1
Ford Motor	RATE Coalition	1
General Electric	Alliance for Competitive Taxation; American Made Coalition	2
General Motors		0
Gilead Sciences		0
Goldman Sachs		0
Home Depot	RATE Coalition; Retail Industry Leaders Association	2
Honeywell International	Alliance for Competitive Taxation; LIFT America Coalition; R&D Credit Coalition; Business Roundtable; American Made Coalition	5
IBM	Business Roundtable	1
Intel	LIFT America Coalition; RATE Coalition; R&D Credit Coalition;	3
Johnson & Johnson	Alliance for Competitive Taxation; LIFT America Coalition; R&D Credit Coalition; Business Roundtable; American Made Coalition	5
JPMorgan Chase	Business Roundtable	1

Medtronic	Business Roundtable	1
Merck	Tax Innovation Equality; American Made Coalition	2
MetLife	Business Roundtable	1
Microsoft	R&D Credit Coalition; Win America Campaign (desfeita em 2012); Tax Innovation Equality	3
Mondelēz International		0
Morgan Stanley	Alliance for Competitive Taxation; Business Roundtable	2
Oracle	Alliance for Competitive Taxation; R&D Credit Coalition; Win America Campaign (desfeita em 2012); Business Roundtable; American Made Coalition	5
PepsiCo	Alliance for Competitive Taxation; Business Roundtable	2
Pfizer	Alliance for Competitive Taxation; LIFT America Coalition; Win America Campaign (desfeita em 2012); Business Roundtable; American Made Coalition	5
Phillips 66	Business Roundtable	1
Proctor & Gamble	Alliance for Competitive Taxation; LIFT America Coalition; Business Roundtable	3
Prudential Financial	Alliance for Competitive Taxation; Business Roundtable	2
United Technologies	Alliance for Competitive Taxation; LIFT America Coalition; R&D Credit Coalition; Business Roundtable; American Made Coalition	5
UnitedHealth Group		0
US Bancorp		0
Verizon Communications	Alliance for Competitive Taxation; RATE Coalition; Business Roundtable	3
Walgreens Boots Alliance	Business Roundtable; Americans for Affordable Products	2
Wal-Mart Stores	Alliance for Competitive Taxation; LIFT America Coalition; RATE Coalition; Business Roundtable; Americans for Affordable Products; Retail Industry Leaders Association	6
Walt Disney	RATE Coalition	1
Wells Fargo	Business Roundtable	1

Anexo 2 – Há uma versão interativa desta tabela em: <https://action.oxfamamerica.org/riggedreform/data>

Nome da Empresa	Lucros	Total de Despesas Tributárias	Impostos Pagos	Despesas Tributárias Federais	Alíquota Global Efetiva	Incentivos Fiscais	Dinheiro Detido no Exterior	Número de Subsidiárias em Paraísos Fiscais	Total de Gastos com Lobby	Gastos com Lobby Fiscais
Allergan	-\$6.856,5 M	-\$1.723,2 M	\$2.367,3 M	\$55.5 M	-	-	\$2.088 M	111	\$17 M	\$1 M
Alphabet (Google)	\$98.781,1 M	\$19.338, M	\$15.665 M	\$13.984 M	19,6%	\$15.235,4 M	\$58.300 M	1	\$86 M	\$2,6 M
American Express	\$47.029, M	\$15.047, M	\$11.700 M	\$10.922 M	32,0%	\$1.413,2 M	\$9.900 M	16	\$17 M	\$2,7 M
American International Group (AIG)	\$29.346, M	-\$10.722, M	\$4.435 M	-\$14.176,2 M	-36,5%	\$20.993,1 M	\$1.800 M	19 ^[1]	\$4 M	\$0,7 M
Amgen	\$38.508, M	\$4.070, M	\$4.447 M	\$2.275 M	10,6%	\$9.407,8 M	\$32.600 M	9	\$70 M	\$10,2 M
Apple	\$296.727, M	\$76.883, M	\$49.120 M	\$64.122 M	25,9%	\$26.971,5 M	\$200.100 M	3	\$19 M	\$3,1 M
AT&T	\$110.929, M	\$30.313, M	\$13.867 M	\$26.662 M	27,3%	\$8.512 M	Não divulgado	1	\$114 M	\$17,3 M
Bank of America	\$50.672, M	\$9.078, M	\$4.425 M ^[2]	-\$2.477 M	17,9%	\$8.657,2 M	\$18.000 M ^[3]	22 ^[4]	\$22 M	\$3,2 M
Berkshire Hathaway	\$157.586, M	\$48.055, M	\$27.109 M	\$40.403 M	30,5%	\$7.100,1 M	\$10.400 M	9	\$60 M	\$7 M
Boeing	\$38.065, M	\$10.297, M	\$2.683 M	\$9.182 M	27,1%	\$3.025,8 M	\$700 M	2	\$121 M	\$6,3 M

- [1] A AIG respondeu: “Embora operemos nos países relacionados, a maior parte, se não toda a renda auferida nestas jurisdições está sujeita à atual tributação americana”.
- [2] O Bank of America respondeu: “O período incluído em nossa análise reflete o ponto baixo para a crise financeira, e não é indicativo de um ambiente normal. Mais recentemente, nossos pagamentos de impostos foram reduzidos pelos prejuízos operacionais líquidos surgidos durante a crise financeira e as deduções que geramos nesses anos mas que não pudemos usar, bem como demais itens. Se tudo se desenrolar como esperado, deverá haver menos diferença entre o imposto pago e o imposto lançado a partir deste ponto do que houve no passado”.
- [3] O Bank of America respondeu: “Praticamente todos os nossos lucros foram aplicados em negócios ativos no Reino Unido, na Europa e na Ásia, não nas Ilhas Cayman ou em ‘paraísos fiscais no exterior”. Estes lucros representam o capital regulatório de nossos negócios estrangeiros, de forma que não poderíamos trazer estes fundos de volta sem deixar ou reduzir esses negócios drasticamente, o que afetaria nossa capacidade de atender a nossos clientes.
- [4] O Bank of America respondeu: “Embora tenhamos unidades de negócios nas Ilhas Cayman, todo a renda auferida por quaisquer entidades do Bank of America nas Ilhas Cayman está sujeita à atual tributação americana”.

Nome da Empresa	Lucros	Total de Despesas Tributárias	Impostos Pagos	Despesas Tributárias Federais	Alíquota Global Efetiva	Incentivos Fiscais	Dinheiro Detido no Exterior	Número de Subsidiárias em Paraísos Fiscais	Total de Gastos com Lobby	Gastos com Lobby Fiscais
Capital One Financial	\$34.465, M	\$10.677, M	\$8.397 M	\$8.837,5 M	31,0%	\$1.385,8 M	\$1.500 M	0	\$13 M	\$3,9 M
Chevron	\$215.670, M	\$87.838, M	\$82.099 M	\$8.614 M	40,7%	-	\$45.400 M	8	\$79 M	\$11,7 M
Cisco Systems	\$67.235, M	\$11.986, M	\$13.153 M	\$8.232 M	17,8%	\$11.546,3 M	\$58.000 M	56	\$17 M	\$2,9 M
Citigroup	\$86.009, M	\$19.905, M	\$24.728 M	-\$7.201 M	23,1%	\$10.198,2 M	\$45.200 M	21	\$38 M	\$9,5 M
Coca-Cola	\$76.483, M	\$17.236, M	\$12.338 M	\$7.234 M	22,5%	\$9.533,1 M	\$31.900 M	15	\$50 M	\$10,9 M
Comcast	\$64.515, M	\$23.520, M	\$18.974 M	\$19.613 M	36,5%	-	Não divulgado	2	\$111 M	\$17,6 M
CVS Health	\$47.382, M	\$18.420, M	\$18.667 M	\$15.542 M	38,9%	-	Não divulgado	0	\$80 M	\$7,4 M
Dow Chemical	\$30.343, M	\$7.327, M	\$8.017 M	\$1.422 M	24,1%	\$3.293,1 M	\$18.773 M	85	\$70 M	\$5,7 M
Exxon Mobil	\$363.399, M	\$146.469, M	\$136.391 M	\$9.244 M	40,3% ^[5]	-	\$51.000 M ^[6]	35 ^[7]	\$104 M	\$15,5 M
Ford Motor	\$51.930, M	-\$3.726, M	\$1.511 M	-\$6.470 M	-7,2%	\$21.901,5 M	\$5.500 M	4	\$41 M	\$4,1 M
General Electric	\$84.832, M	\$16.645, M	\$19.290 M	-\$2.005 M	19,6%	\$13.046,2 M	\$104.000 M	20	\$168 M	\$22,2 M

- [5] Para calcular sua alíquota efetiva, a ExxonMobil usa o lucro antes do imposto incluindo os lucros com participação na empresa antes dos impostos (item C) em vez de “lucro antes do imposto de renda” a partir de sua Demonstração do Resultado do Exercício. A ExxonMobil também inclui sua parcela nos impostos sobre participação na empresa para calcular sua alíquota efetiva em vez de usar “provisão para imposto de renda” a partir de sua Demonstração do Resultado do Exercício. Não alteramos nossa metodologia para a Exxon a fim de permanecermos coerentes com nossa abordagem das outras 49 empresas ao pegar os números de “lucro antes do imposto de renda” e de “imposto de renda” diretamente da Demonstração do Resultado do Exercício da Exxon sem nenhuma manipulação.
- [6] A ExxonMobil respondeu: “Este número corresponde a lucros acumulados reinvestidos indefinidamente a partir de subsidiárias fora dos EUA no final do exercício de 2015, o qual se relaciona principalmente aos lucros históricos de subsidiárias fora dos EUA que tenham sido acumulados por essas empresas para financiar dispêndios históricos e de capital futuros”.
- [7] A ExxonMobil respondeu: “A ExxonMobil opera em dezenas de países em todo o mundo. As regras de governança empresarial variam consideravelmente nestes países. Quando permitido, geralmente é prudente constituir uma coligada em um país diferente com regras de governança empresarial estáveis e seguras (incluindo países aos quais alguns se referam como ‘paraísos fiscais’). Todavia, a coligada paga impostos sobre quaisquer lucros auferidos em país no qual opera ao governo daquele país, não no país de constituição”.

Nome da Empresa	Lucros	Total de Despesas Tributárias	Impostos Pagos	Despesas Tributárias Federais	Alíquota Global Efetiva	Incentivos Fiscais	Dinheiro Detido no Exterior	Número de Subsidiárias em Paraísos Fiscais	Total de Gastos com Lobby	Gastos com Lobby Fiscais
General Motors	\$109.376, M	-\$35.977, M	\$2.899 M	-\$28.850 M ^[8]	-32,9%	\$74.259 M	\$6.900 M	17 ^[9]	\$63 M	\$12,1 M
Gilead Sciences	\$55.517,8 M	\$11.301,1 M	\$9.846 M	\$10.205,3 M	20,4%	\$8.130,1 M	\$28.500 M	12	\$14 M	\$0 M
Goldman Sachs Group	\$82.969, M	\$26.713, M	\$22.690 M	\$16.053 M	32,2%	\$2.326,2 M	\$28.550 M	17	\$26 M	\$5,1 M
Home Depot	\$52.008, M	\$18.893, M	\$18.623 M	\$15.283 M	36,3%	-	\$3.500 M	0	\$8 M	\$1,2 M
Honeywell International	\$28.391, M	\$7.240, M	\$5.543 M	\$3.976 M	25,5%	\$2.696,9 M	\$16.600 M	4	\$44 M	\$4,1 M
IBM	\$137.578, M	\$30.470, M	\$24.571 M	\$8.185 M	22,1%	\$17.682,3 M	\$68.100 M	16	\$37 M	\$2,9 M
Intel	\$97.027, M	\$24.503, M	\$23.790 M	\$19.645 M	25,3%	\$9.456,5 M	\$26.900 M	13	\$32 M	\$1,6 M
Johnson & Johnson	\$114.407, M	\$22.719, M	\$19.838 M	\$11.854,4 M	19,9%	\$17.323,5 M	\$58.000 M	62	\$43 M	\$6,5 M
JPMorgan Chase	\$184.668, M	\$51.313, M	\$39.701 M	\$31.855 M	27,8%	\$13.320,8 M	\$34.600 M	4	\$45 M	\$4,2 M
Medtronic	\$27.531, M	\$5.233, M	\$4.920 M	\$2.417,6 M	19,0%	\$4.402,9 M	\$29.000 M	105	\$32 M	\$6,5 M
Merck	\$60.606, M	\$13.640, M	\$19.758 M	\$11.325 M	22,5%	\$7.572,1 M	\$59.200 M	125	\$50 M ^[10]	\$8,1 M

- [8] A General Motors apresentou um pedido de falência em junho de 2009, e foi recuperada como uma nova entidade com as operações em andamento, ativos e marcas da GM em julho de 2009. Os lucros da General Motor em 2009, como informado em suas demonstrações financeiras, incluem \$128 bilhões em renda com cancelamento de débitos (“Ganhos da Recuperação”), que resultaram da falência. A General Motors caracterizou esta renda como “apenas contábil, não-econômica”, e acredita que “incluí-la nos lucros distorceria qualquer quociente tributário como alíquota efetiva”. Embora reconhecendo estas circunstâncias únicas, decidimos manter nossa metodologia a fim de permanecermos coerentes com nossa abordagem em relação às demais 49 empresas.
- [9] A GM respondeu: “A GM não tem nem usa paraísos fiscais para reduzir ou elidir impostos. Comercializamos carros, peças e financiamentos de veículos em países como as Ilhas Cayman, Irlanda, Suíça, Luxemburgo e Países Baixos, e conduzimos essas vendas através de empresas sob titularidade da GM nesses países”.
- [10] Em 2009, a matriz Merck & Co. gastou \$6,41 milhões e sua subsidiária Schering-Plough Corp. gastou \$1,81 milhão. A Merck respondeu que o \$1,81 milhão gasto pela Schering-Plough Corp. não deveria ser incluído no total de seu lobby. Entretanto, a fim de manter a metodologia coerente com as demais 49 empresas, optamos por incluir os gastos de todas as subsidiárias no total de gastos com lobby.

Nome da Empresa	Lucros	Total de Despesas Tributárias	Impostos Pagos	Despesas Tributárias Federais	Alíquota Global Efetiva	Incentivos Fiscais	Dinheiro Detido no Exterior	Número de Subsidiárias em Paraísos Fiscais	Total de Gastos com Lobby	Gastos com Lobby Fiscais
MetLife	\$30.262, M	\$7.280, M	\$3.856 M	\$2.895 M	24,1%	\$3.311,7 M ^[11]	\$4.900 M ^[12]	31 ^[13]	\$42 M	\$5,7 M
Microsoft	\$168.481, M	\$36.665, M	\$30.600 M	\$21.775 M	21,8%	\$22.303,4 M	\$124.000 M	5	\$56 M	\$11,3 M
Mondelēz International	\$21.016, M	\$2.480, M	\$7.989 M	\$242 M	11,8%	\$4.875,6 M	\$19.200 M	78	\$3 M	\$1 M
Morgan Stanley	\$27.403, M	\$4.711, M	\$5.892 M	-\$716 M	17,2%	\$4.880,1 M	\$10.209 M	188	\$23 M	\$8 M
Oracle	\$84.485, M	\$19.112, M	\$19.021 M	\$10.452 M	22,6%	\$10.457,8 M	\$42.600 M	5	\$46 M	\$6,3 M
PepsiCo	\$58.292, M	\$14.700, M	\$13.782 M	\$8.575 M	25,2%	\$5.702,2 M	\$40.200 M	135	\$35 M	\$5,3 M
Pfizer	\$79.553, M	\$18.556, M	\$26.800 M	\$4.941 M	23,3%	\$9.287,6 M	\$193.587 M	181	\$89 M	\$14,4 M
Phillips 66 ^[14]	\$32.471, M	\$10.504, M	\$7.577 M	\$6.497 M	32,3%	\$860,9 M	\$2.800 M	15 ^[15]	\$13 M	\$1,8 M
Procter & Gamble	\$93.638, M	\$22.838, M	\$26.903 M	\$13.590 M	24,4%	\$9.935,3 M	\$49.000 M	35	\$32 M	\$5,7 M

- [11] A Metlife respondeu: “Uma parcela de nossas obrigações tributárias nos EUA é compensada por deduções. Essas deduções são usadas exatamente como o Congresso pretendia: para expandir a oferta de habitações acessíveis (\$2 bilhões) e para desenvolver projetos de energia renovável (\$3 bilhões) que mitiguem as mudanças climáticas”.
- [12] A Metlife respondeu: “Esse número inclui valores derivados de uma grande variedade de ativos tangíveis e intangíveis que devem ser informados por razões contábeis. Os reguladores locais também exigem que uma grande parte dos lucros seja acumulada localmente como um capital tampão para atender às obrigações perante nossos clientes”.
- [13] A Metlife respondeu: “A MetLife não transfere renda para paraísos fiscais. A MetLife possui centenas de negócios ativos em mais de 45 países. As únicas entidades com operações ou investimentos em “paraísos fiscais” são estruturadas de forma que se inclua sua renda”.
- [14] As informações financeiras da Phillips 66 estão agrupadas de 2010 a 2015, não de 2009 a 2015, porque a Phillips 66 só passou por cisão da ConocoPhillips em 2012. Em seu primeiro relatório 10-K em 2012, a Phillips 66 incluiu suas informações financeiras de 2010 e de 2011, quando estava operando como subsidiária da ConocoPhillips. As despesas com lobby estão agrupadas de 2012 a 2015.
- [15] A Phillips 66 respondeu: “Para o exercício apresentado, operamos ativos de refinaria na Irlanda e locais de marketing na Suíça, que forneceram produtos para os mercados locais. A Cingapura é um grande centro de negociações para petróleo, e continuamos a ter operações que dão apoio a nossos negócios mundiais de Refinaria e de Marketing”.

Nome da Empresa	Lucros	Total de Despesas Tributárias	Impostos Pagos	Despesas Tributárias Federais	Alíquota Global Efetiva	Incentivos Fiscais	Dinheiro Detido no Exterior	Número de Subsidiárias em Paraísos Fiscais	Total de Gastos com Lobby	Gastos com Lobby Fiscais
Prudential Financial	\$20.822, M	\$4.272, M	\$4.565 M ^[16]	\$2.832 M	20,5%	\$3.015,7 M	\$3.215 M	51	\$57 M	\$14,6 M
United Technologies	\$46.524, M	\$13.505, M	\$12.695 M	\$5.561 M	29,0%	\$2.778,4 M	\$29.000 M	31	\$96 M	\$13, M
UnitedHealth Group	\$58.471, M	\$22.290, M	\$21.388 M	\$20.943 M	38,1%	-	\$459 M	19	\$22 M	\$2,1 M
US Bancorp	\$45.230, M	\$11.623, M	\$5.034 M	\$9.823 M	25,7%	\$4.207,5 M	Não divulgado	11	\$9 M	\$1,9 M
Verizon Communications	\$72.643, M	\$22.920, M	\$11.509 M	\$19.700 M	31,6%	\$2.505,1 M	\$1.800 M	0	\$103 M	\$21, M ^[17]
Wal-Mart Stores	\$162.386, M	\$53.265, M	\$52.497 M	\$39.414 M	32,8%	\$3.570,1 M	\$26.100 M ^[18]	71	\$48 M	\$9,4 M ^[19]
Walgreens Boots Alliance	\$26.988, M	\$9.350, M	\$8.163 M	\$8.305 M	34,6%	\$95,8 M	Não divulgado	72	\$16 M	\$1,1 M
Walt Disney	\$62.255, M	\$22.477, M	\$19.160 M	\$17.837 M	36,1%	-	\$2.700 M	4	\$28 M	\$3,4 M
Wells Fargo	\$186.526, M	\$59.294, M	\$46.756 M	\$51.943 M	31,8%	\$5.990,1 M	\$2.000 M ^[17]	5	\$42 M	\$8,3 M
Total	\$4.210.574,4 M	\$1.088.822,9 M	\$995.749 M	\$560.573.2 M	25,9%	\$423.166,7 M	\$1.606.780,1 M	1751	\$2,458 M	\$352,1 M

[16] A Prudential respondeu: “No caso da Prudential, houve deduções, perdas e créditos bastante substanciais que precederam os períodos comparados e que foram apropriadamente reclamados nos anos informados, reduzindo os pagamentos de impostos nos EUA e no exterior”.

[17] A Verizon respondeu: “Nem todas as questões tributárias foram as que beneficiaram principalmente a empresa. Por exemplo, a Verizon fez lobby para moratória fiscal da Internet, o qual se tornou permanente há cerca de um ano”.

[18] O Wal-Mart respondeu: “A Empresa pretende investir permanentemente esses valores em nossos mercados internacionais. O Wal-Mart opera mais de 6.300 lojas em 27 países fora dos EUA”.

[19] O Wal-Mart respondeu: “Nos últimos seis anos, muito do lobby sobre impostos do Wal-Mart tem se concentrado na cobrança de impostos sobre as vendas no varejo apenas online, pois buscamos um tratamento mais igualitário entre os varejistas apenas online e os varejistas de lojas físicas. Também abordamos o governo federal a respeito de outras questões tributárias não relacionadas ao imposto de renda pessoa jurídica, como imposto sobre a folha de pagamento, prorrogações de impostos, e demais questões tributárias afetando nossos clientes, como os prazos para restituição de impostos e o Crédito sobre o Imposto de Renda Acumulado”.

¹ Oxfam (janeiro de 2017): An economy for the 99 percent <https://www.oxfamamerica.org/explore/research-publications/an-economy-for-the-99-percent/>

² 22 de junho de 2016 - Discurso de Donald Trump em Nova York sobre as apostas da eleição <http://www.politico.com/story/2016/06/transcript-trump-speech-on-the-stakes-of-the-election-224654>

³ https://twitter.com/realDonaldTrump/status/782541307168391168?ref_src=twsrc%5Etfw

⁴ As 50 maiores empresas americanas de acordo a classificação anual da Forbes 2000 <http://www.forbes.com/global2000/list>

⁵ A elisão fiscal existe em uma zona de incerteza jurídica devido a complexas leis tributárias repletas de brechas, isenções e exceções de interesse especial que podem ser exploradas pelas empresas e por seus consultores. A aplicação das leis existentes é um grande desafio por causa das restrições de capacidade enfrentadas por autoridades tributárias nos EUA e, ainda mais significativamente, em países em desenvolvimento. “Sonegação fiscal” é um comportamento ilegal. Algumas empresas sofreram penas duras por violar a lei. Este relatório se concentra principalmente em “elisão fiscal”, que não é necessariamente ilegal. Veja mais em: Definition of Tax Avoidance, Tax avoidance in the News, Financial Times, <http://lexicon.ft.com/Term?term=taxavoidance>.

⁶ Kimberly A. Clausing, PROFIT SHIFTING AND U.S. CORPORATE TAX POLICY REFORM (maio de 2016), <http://equitablegrowth.org/report/profit-shifting-and-u-s-corporate-tax-policy-reform/>

⁷ Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Relatório de Investimentos Mundiais 2015 (2015), http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2015_en.pdf; E. Crivelli, R. De Mooij e M. Keen, Base Erosion, Profit Shifting and Developing Countries, Fundo Monetário Internacional (FMI), WP/15/118 (2015), <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2015/wp15118.pdf>.

⁸ Broken at the top: How America’s dysfunctional tax system costs billions in corporate tax dodging, Oxfam (Abril de 2016): <https://www.oxfamamerica.org/explore/research-publications/broken-at-the-top/>

⁹ Esta é uma estimativa extremamente generosa dos pagamentos de impostos das empresas, obtida diretamente de relatórios empresariais. Incorpora “obrigações tributárias diferidas” que não são realmente pagas no ano em que são estimadas. Trata-se de uma avaliação intencionalmente conservadora a fim de dar o máximo benefício da dúvida às empresas. Outras metodologias mostraram que as reais alíquotas efetivas para grandes empresas podem ser substancialmente menores. Um estudo de 2017 da *Citizens for Tax Justice* analisou cinco anos de dados e descobriu que as empresas da Fortune 500 pagaram em média apenas 21,2% da alíquota do imposto de renda pessoa jurídica federal efetivo, quase 14 pontos distante da taxa legal de 35 por cento. Robert S. McIntyre, Matthew Gardner, Richard Phillips, The 35 Percent Corporate Tax Myth, Institute on Taxation and Economic Policy (março de 2017) http://itep.org/itep_reports/2017/03/the-35-percent-corporate-taxmyth.php#.WNk5rUrJQI

¹⁰ Em 2014-2015 quando o dólar se valorizou em 20%, os países em desenvolvimento perderam \$61 bilhões. Jubilee Debt Campaign (11 de abril de 2016) “Collapse in commodity prices leads to \$61 billion funding gap for impoverished countries”. <http://jubileedebt.org.uk/press-release/collapse-in-commodity-prices-leads-to-61-billion-funding-gap-for-impoverished-countries>

The US’s poverty-focused foreign assistance budget for FY2014 (\$23.4 billion). 7 things you may not know about US foreign assistance, Oxfam, (abril de 2014) <https://politicsofpoverty.oxfamamerica.org/2014/04/7-things-didntknow-about-us-foreign-assistance/>

¹¹ Deep and Dangerous Cuts to International Affairs Budget Would Make America Less Safe. USGLC (março de 2017): <http://www.usglc.org/2017/03/30/deep-and-dangerous-cuts-to-international-affairs-budget-would-makeamerica-less-safe/>

¹² Oxfam Alarmed at Reckless Presidential Budget Outline (março de 2017) <https://www.oxfamamerica.org/press/oxfam-alarmed-at-reckless-presidential-budget-outline/>

¹³ If you’re a poor person in America, Trump’s budget is not for you, Washington Post, https://www.washingtonpost.com/news/wonk/wp/2017/03/16/if-youre-a-poor-person-in-america-trumps-budget-is-not-for-you/?utm_term=.ccf7a96d8510

¹⁴ Ibid

¹⁵ 10 Ways President Trump’s Agenda Will Harm His Supporters in Rural and Small-Town America Center for American Progress, março de 2016; <https://www.americanprogress.org/issues/poverty/news/2017/03/16/428315/10-ways-president-trumps-agenda-will-harm-supporters-rural-small-town-america/>

¹⁶ A Lei de Prevenção de Elisão Fiscal Empresarial propõe o fim da regra que permite que empresas americanas adiem indefinidamente o pagamento de imposto de renda federal sobre os lucros de suas

subsidiárias no exterior. Ambas as leis incluem propostas concretas para evitar que empresas americanas elidam impostos americanos com inversões; e que lidem com a transferência de lucros através do uso inapropriado de empréstimos dentro do grupo. A Lei Contra o Abuso de Paraísos Fiscais fortaleceria as regras contra a transferência de lucros para paraísos fiscais. Além disso, enfatiza a importância dos relatórios país a país pelas empresas.

¹⁷ Oxfam (12 de dezembro de 2016) “Tax Battles: The dangerous global Race to the Bottom on Corporate Tax”, Oxfam Policy Paper. <https://www.oxfam.org/en/research/tax-battles-dangerous-global-race-bottom-corporate-tax>

¹⁸ Clausing, Kimberly A., The Effect of Profit Shifting on the Corporate Tax Base in the United States and Beyond (11 de janeiro de 2016), http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2685442.

¹⁹ Já que os recebimentos de imposto de renda pessoa jurídica caíram como uma parcela da receita do governo federal, os impostos sobre a folha de pagamento, que exige que contribuintes de baixa e de moderada renda paguem mais de suas rendas do que pessoas de alta renda, em média, tiveram um papel maior no financiamento de programas federais. Centro de Prioridades Orçamentárias e de Políticas, Fundamentos da Política: Impostos Federais sobre a Folha de Pagamento (23 de março de 2016), <http://www.cbpp.org/research/federal-tax/policy-basics-federal-payroll-taxes>.

²⁰ Escritório de Administração e Orçamento (OMB), Tabelas Históricas, “Table 2.2: Percentage Composition of Receipts by Source”. <https://obamawhitehouse.archives.gov/omb/budget/Historicals>

²¹ Lucros Empresariais em 1952 = \$37,7 bilhões, Recebimentos Fiscais Empresariais Federais = \$21,2 bilhões Lucros Empresariais em 2015 = \$1813,6 bilhões, Recebimentos Fiscais Empresariais Federais = \$343,8 bilhões Lucros Empresariais Depois dos Impostos: <https://fred.stlouisfed.org/series/A446RC1Q027SBEA>

Recebimentos Federais Americanos por fonte: <https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/omb/budget/fy2017/assets/hist02z1.xls>

²² Centro de Prioridades Orçamentárias e de Políticas, Fundamentos da Política: Impostos Federais sobre a Folha de Pagamento (23 de março de 2016), <http://www.cbpp.org/research/federal-tax/policy-basics-federal-payroll-taxes>.

²³ Leonard E. Burman, Taxes and Inequality (20 de março de 2014), <http://www.taxpolicycenter.org/publications/taxes-and-inequality/full>.

²⁴ Lucros Empresariais depois dos Impostos: <https://fred.stlouisfed.org/series/A446RC1Q027SBEA> Recebimento americanos federais por fonte: <https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/omb/budget/fy2017/assets/hist02z1.xls>

²⁵ Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Relatório de Investimentos Mundiais 2015 (2015), http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2015_en.pdf; IMF E. Crivelli, R. De Mooij e M. Keen, Base Erosion, Profit Shifting and Developing Countries, Fundo Monetário Internacional (FMI), WP/15/118 (2015), <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2015/wp15118.pdf>.

²⁶ Carlo Cottarelli, Revenue Mobilization in Developing Countries. Fundo Monetário Internacional (8 de março de 2011) <https://www.imf.org/external/np/pp/eng/2011/030811.pdf>

²⁷ Isso é no longo prazo, quando a perda de receita para os países da OCDE for de aproximadamente 1 por cento do PIB, enquanto que é 1,30 por cento para países em desenvolvimento. Como uma porcentagem da receita total dos impostos, a diferença provavelmente é muito maior, já que a média da receita total dos impostos nos países da OCDE é de cerca de 35 por cento do PIB, enquanto que fica em torno de 15 por cento nos países em desenvolvimento. Ver: E. Crivelli, R. De Mooij e M. Keen, Base Erosion, Profit Shifting and Developing Countries, Fundo Monetário Internacional (FMI), WP/15/118 (2015), <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2015/wp15118.pdf>.

²⁸ Global Partnership for Education (2014) “Results for Learning Report 2014/15: Basic Education at Risk”. <http://www.globalpartnership.org/content/results-learning-report-2014-15> Organização Mundial da Saúde (setembro de 2014) “WHO Global Health Expenditure Atlas”. <http://www.who.int/healthaccounts/atlas2014.pdf>.

²⁹ Os gastos combinados com educação nos Países Menos Desenvolvidos são de \$24,5 bilhões. Gastos do governo com educação em % do PIB, Banco Mundial, <http://data.worldbank.org/indicator/SE.XPD.TOTL.GD.ZS>.

³⁰ Há 2,2 bilhões de pessoas sem fornecimento básico de água, 3,4 bilhões sem saneamento básico e 4,8 bilhões de pessoas sem meios para lavar as mãos. O Banco Mundial estima que levar os serviços básicos de água potável, saneamento e higiene (WASH) para todos os não-atendidos custará de \$13,8 a \$46,7 bilhões por ano. Guy Hutton & Mili Varughese, The Costs of Meeting the 2030 Sustainable Development Goal Targets on Drinking Water, Sanitation, and Hygiene, 2 (janeiro de 2016),

<http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/The0costs0of0m0ene000summary0report.pdf>. A OMS estima que custa US\$ 44 no mínimo por pessoa anualmente para fornecer serviços básicos e vitais. \$100 bilhões / \$44 = 2,2 bilhões. World Health Organisation, Spending on health: A global overview, Fact sheet N°319 (abril de 2012), <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs319/en/>.

³¹ Como discutido abaixo, supra p. 6, este número não captura o valor total de subsidiárias detidas por essas empresas em paraísos fiscais no exterior. A SEC exige somente que as empresas divulguem “subsidiárias significativas” em seus relatórios 10-K anuais.

³² O total de impostos inclui o imposto de renda pago a governos estaduais e municipais e a governos estrangeiros.

³³ Essa é uma estimativa extremamente generosa dos pagamentos de impostos das empresas, obtida diretamente de relatórios empresariais. Incorpora “obrigações tributárias diferidas” que não são realmente pagas no ano em que são estimadas. Trata-se de uma avaliação intencionalmente conservadora a fim de dar o máximo benefício da dúvida às empresas. Outras metodologias mostraram que as reais alíquotas efetivas para grandes empresas podem ser substancialmente menores. Um estudo de 2014 da *Citizens for Tax Justice* analisou cinco anos de dados e descobriu que as empresas da Fortune 500 pagaram em média apenas 19.4% da alíquota do imposto de renda pessoa jurídica federal efetivo, quase 14 pontos distante da taxa legal de 35 por cento. Robert S. McIntyre, Matthew Gardner, Richard Phillips, The Sorry State of Corporate Taxes, Citizens for Tax Justice, Institute on Taxation and Economic Policy (fevereiro de 2014) <http://www.ctj.org/corporatetaxdodgers/sorrystateofcorptaxes.pdf>

³⁴ Esses “incentivos fiscais” representam a diferença entre os impostos que as 50 empresas efetivamente pagam e o que pagariam se fossem tributadas pelo total da taxa legal de 35%. Essa diferença inclui alguns incentivos fiscais pretendidos pelo Congresso, como a amortização antecipada de investimentos, mas também o resultado da sonegação fiscal no exterior.

³⁵ Em 2008, a alíquota média empresarial efetiva dos países da OCDE (ponderada pelo PIB e excluindo os EUA) foi de 27,7%. Jane G. Gravelle, International Corporate Tax Rate Comparisons and Policy Implications, Congressional Research Service (6 de janeiro de 2014), <https://www.fas.org/sgp/crs/misc/R41743.pdf>.

³⁶ Robert S. McIntyre, Matthew Gardner, Richard Phillips, The 35 Percent Corporate Tax Myth, Institute on Taxation and Economic Policy (março de 2017) http://itep.org/itep_reports/2017/03/the-35-percent-corporate-taxmyth.php#.WNk5rUrJQI

³⁷ Em suas demonstrações financeiras para a SEC, as empresas informam tanto sua “despesa tributária global”, que é a estimativa do que devem globalmente em impostos, e seus “impostos globais pagos”, ou o que de fato gastam com impostos naquele ano. Os números são muitas vezes diferentes por uma série de razões, incluindo que as empresas adiam o pagamento de determinados impostos. Teoricamente com o tempo os números deveriam ser os mesmos, mas no período de 2009 a 2015 a “despesa tributária” das 50 maiores excedeu os “impostos pagos” em \$93 bilhões.

³⁸ America First: A Budget Blueprint to Make America Great Again https://www.whitehouse.gov/sites/whitehouse.gov/files/omb/budget/fy2018/2018_blueprint.pdf

³⁹ 7 things you may not know about US foreign assistance, Oxfam, (abril de 2014) <https://politicsofpoverty.oxfamamerica.org/2014/04/7-things-didnt-know-about-us-foreign-assistance/> Embora um corte de 31% não atingisse necessariamente todas as contas igualmente e os detalhes sobre os níveis específicos de financiamento não tenham sido totalmente liberados, supondo que toda a assistência estrangeira focada na pobreza seja cortada em 31%, resultaria em um corte de \$7,3 bilhões.

⁴⁰ Custo histórico médio do financiamento do USAID para água potável, saneamento e higiene (WASH) por beneficiário (2008-2011) de \$54 https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1865/USAID_Water_Strategy_3.pdf

⁴¹ Facts About Water & Sanitation <http://water.org/water-crisis/water-sanitation-facts/>

⁴² Título II custo médio por beneficiário de \$37 (<https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1869/FoodAidReform-BehindtheNumbers.pdf>)

⁴³ Meta 2: Acabar com a fome, alcançar segurança alimentar e nutrição melhorada e promover a agricultura sustentável <http://www.un.org/sustainabledevelopment/hunger/>

⁴⁴ Oxfam Alarmed at Reckless Presidential Budget Outline <https://www.oxfamamerica.org/press/oxfam-alarmed-at-reckless-presidential-budget-outline/>

⁴⁵ <https://fts.unocha.org/appeals/overview/2016>

⁴⁶ Ibid

⁴⁷ A métrica de “incentivo fiscal” representa o valor que as empresas estão pagando a menos em comparação com o valor que elas pagariam com base na alíquota legal integral de 35% aplicada nos

Estados Unidos para o imposto de renda de pessoas jurídicas. O “incentivo fiscal” foi calculado multiplicando por 35% o lucro total de uma companhia e subtraindo o valor do imposto que afirmam dever (Despesa Tributária Total) para determinar a diferença entre o valor do imposto pago e o montante do imposto que deveria ser pago na alíquota legal integral. Essa diferença inclui alguns incentivos fiscais pretendidos pelo Congresso, como a amortização antecipada dos investimentos, mas também o resultado da evasão fiscal no exterior.

⁴⁸ Total de incentivos fiscais dividido por sete para obter a média anual, dividida pelo orçamento destinado ao auxílio externo centralizado na pobreza para o FY2014 (\$23,4 bilhões). 7 things you may not know about US foreign assistance, Oxfam, (abril de 2014) <https://politicsofpoverty.oxfamamerica.org/2014/04/7-things-didnt-know-about-us-foreign-assistance/>

⁴⁹ O investimento anual combinado dos Países Menos Desenvolvidos em educação totaliza cerca de \$24,5 bilhões. Government expenditure on education as % of GDP, Banco Mundial, <http://data.worldbank.org/indicador/SE.XPD.TOTL.GD.ZS> (último acesso em 26 de fevereiro de 2016).

⁵⁰ Título 17, § 210.1-02(w) do CFR (Código das Leis Federais).

⁵¹ Não é possível saber com base nos informes correntes qual é o número verdadeiro de subsidiárias não divulgadas. Os 7 bancos no nosso estudo informam em média 89 subsidiárias a mais em paraísos fiscais para o Federal Reserve do que informam ao SEC. As 50 principais companhias informaram 1751 subsidiárias em paraísos fiscais ao SEC. $89 \times 50 = 4450 + 1751 = 6201$

⁵² <https://twitter.com/realdonaldtrump/status/788402585816276992?lang=en>

⁵³ <https://www.whitehouse.gov/inaugural-address>

⁵⁴ Brady doesn't 'anticipate' carve out for financial transactions in tax reform <https://www.politicopro.com/tax/whiteboard/2017/02/brady-doesnt-anticipate-carve-out-for-financial-transactions-in-tax-reform-083380>

⁵⁵ <http://www.vox.com/policy-and-politics/2017/1/31/14453740/trump-medicare-prescription-drugs>

⁵⁶ Top Industries by lobbying spending 1998-2016 <https://www.opensecrets.org/lobby/top.php?indexType=i>

⁵⁷ <https://www.bloomberg.com/politics/articles/2017-02-22/trump-meets-with-corporate-ceos-thursday-oneconomic-policies>

⁵⁸ <https://www.usnews.com/news/articles/2017-02-09/trump-teases-phenomenal-tax-announcement-in-meeting-with-airline-executives>

⁵⁹ <http://www.washingtontimes.com/news/2017/feb/15/donald-trump-retail-executives-tax-cuts-are-coming/>

⁶⁰ As questões podem ser informadas múltiplas vezes ao ano no momento em que as empresas registram os relatórios, o que afetaria a contagem total, mas não os percentuais, pois todas as questões estão sujeitas ao mesmo fenômeno.

⁶¹ Brian Kelleher Richter, Krislert Samphantharak & Jeffrey F. Timmons, Lobbying and Taxes, Vol. 53 American Journal of Political Science, Edição 4, 893-909 (22 de outubro de 2008), http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1082146.

⁶² <https://www.noconsumertax.org/aboutuscc/>

⁶³ Business coalitions to duel over Border Adjustment Tax, <https://www.ceoupdate.com/articles/ceo-dateline-%E2%80%93-business-coalitions-duel-over-border-adjustment-tax>

⁶⁴ <http://www.motherjones.com/politics/2015/02/cfpb-us-consumer-coalition-brian-wise-elizabeth-warren>

⁶⁵ Ibid.

⁶⁶ <http://www.politico.com/tipsheets/politico-influence/2017/02/afp-readies-border-adjustment-push-218817>

⁶⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=ndQNcjHiDM>

⁶⁸ <http://www.reuters.com/article/us-usa-trump-companies-tax-idUSKBN15H2VV>

⁶⁹ Essa não é uma lista exaustiva de todas as coalizões empresariais ou de grupos comerciais que exercem pressão sobre a questão tributária, apenas um exemplo de algumas. Por exemplo, nós não incluímos a Câmara de Comércio nem grupos como a Semiconductor Industry Association (Associação da Indústria de Semicondutores) ou a The Aerospace Industries Association (Associação das Indústrias Aeroespaciais).

⁷⁰ Desconstituída em 2012, foi incluída por focar a designação de um feriado destinado à repatriação fiscal que faz parte dos planos fiscais de Trump e do Congresso.

⁷¹ Essa não é uma lista definitiva de todas as coalizões empresariais ou de grupos comerciais que exercem pressão sobre a questão tributária, apenas um exemplo de algumas. Por exemplo, nós não incluímos a

Câmara de Comércio nem grupos como a Semiconductor Industry Association (Associação da Indústria de Semicondutores) ou a The Aerospace Industries Association (Associação das Indústrias Aeroespaciais).

⁷² https://abetterway.speaker.gov/_assets/pdf/ABetterWay-Tax-PolicyPaper.pdf (Plano Ryan); <https://assets.donaldjtrump.com/trump-tax-reform.pdf> (Plano Trump 1); <https://www.donaldjtrump.com/policies/tax-plan/> (Plano Trump Revisado)

⁷³ Nunns, Jim, Len Burman, Ben Page, Jeff Rohaly e Joe Rosenberg (16 de setembro de 2016) “An Analysis of the House GOP Tax Plan”. <http://www.taxpolicycenter.org/publications/analysis-house-gop-tax-plan/full>. De acordo com a conservadora Tax Foundation, que adota presunções generosíssimas sobre o crescimento a ser gerado com os cortes fiscais, o plano Ryan custaria \$2,4 trilhões ou \$190 bilhões quando são incluídas as suas presunções acerca do crescimento econômico que seria impulsionado pelo plano. Eles projetam que o custo das reformas fiscais relacionadas às pessoas jurídicas no plano será de \$1,2 trilhões ao longo de 10 anos. Pomerleau, Kyle (julho de 2016) “Details and Analysis of the 2016 House Republican Tax Reform Plan” https://files.taxfoundation.org/legacy/docs/TaxFoundation_FF516.pdf

⁷⁴ Ibid

⁷⁵ Inúmeros elementos dos seus planos fiscais sobre tributação individual servem aos interesses das classes mais ricas em detrimento das pessoas mais carentes e da classe média. Além disso, existem outras propostas relevantes que não discutimos em detalhe. O Plano Ryan requer uma mudança na dedução relativa à depreciação e juros para a isenção total das despesas de capital, mas não das despesas incorridas com juros. Isso pode impactar sensivelmente as receitas e favorecerá empresas amparadas em muito capital (por exemplo, as concessionárias públicas). O plano também taxaria entidades de repasse (*pass-through*) (isso é, uma classe de sociedades que incluem as parcerias) na alíquota de 25% em vez da alíquota individual (a taxa máxima sendo reduzida para 33% segundo o Plano Ryan). Isso estimularia os que auferem ganhos elevados a constituir empresas e a remunerar a si próprios na forma de lucros tributáveis na alíquota de 25% em vez de salários tributáveis na alíquota de 33%.

⁷⁶ “Corporate Income Tax: Most Large Profitable U.S. Corporations Paid Tax but Effective Tax Rates Differed Significantly from the Statutory Rate”, Relatório Nº GAO-16-363, Government Accountability Office (Gabinete Federal de Prestação de Contas) (março de 2016), <https://www.gao.gov/products/GAO-16-363>.

⁷⁷ <https://www.treasury.gov/resource-center/tax-policy/tax-analysis/Documents/WP-104.pdf>

⁷⁸ Jennifer C. Gravelle, Corporate Tax Incidence: Review of General Equilibrium Estimates and Analysis, Congressional Budget Office (maio de 2010), <https://www.cbo.gov/publication/21486>; Gravelle, Jane G. & Kent A. Smetters, Does the Open Economy Assumption Really Mean That Labor Bears the Burden of a Capital Income Tax, vol. 6 Advances in Economic Analysis & Policy, 1 (2006).

⁷⁹ <https://theintercept.com/2017/01/05/corporations-prepare-to-gorge-on-tax-cuts-trump-claims-will-create-jobs/>

⁸⁰ Nunns, Jim, Len Burman, Ben Page, Jeff Rohaly e Joe Rosenberg (16 de setembro de 2016) “An Analysis of the House GOP Tax Plan”. <http://www.taxpolicycenter.org/publications/analysis-house-gop-tax-plan/full>

⁸¹ US will 'leapfrog' the world with tax reforms, says Kevin Brady; FT (fevereiro de 2017) <https://www.ft.com/content/8068420e-e887-11e6-893c-082c54a7f539>

⁸² Corporate Tax Wars: May tries to trump in a race to the bottom <http://www.taxjustice.net/2016/11/21/statement-intention-uk-government-enact-corporate-tax-cuts/>

⁸³ Tax Battles, Oxfam (dezembro de 2016) https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/bp-race-to-bottom-corporate-tax-summ-121216-en.pdf

⁸⁴ Ibid

⁸⁵ Ibid

⁸⁶ Um feriado para repatriação permitiria às empresas fazer retornar aos Estados Unidos o capital que elas têm investido permanentemente no exterior com uma alíquota significativamente mais baixa do que a alíquota tributária normal incidente sobre as pessoas jurídicas.

⁸⁷ <http://www.wsj.com/articles/SB10001424052970203633104576623771022129888>

⁸⁸ <https://www.bloomberg.com/news/articles/2016-11-21/trump-s-offshore-cash-plan-will-benefit-investors-not-jobseekers>

⁸⁹ O benefício total para as 50 empresas é de aproximadamente \$312 bilhões para o Plano Trump, que oferece uma alíquota de repatriação de 10%, ou de \$337 bilhões, para o plano GOP da Casa, que oferece uma alíquota de repatriação de 8,75% para os lucros detidos em dinheiro, e 3,5% para os lucros detidos de outra forma. Para o plano GOP da Câmara, nós estimamos benefícios como se todos os lucros fossem

detidos em dinheiro, devido à indisponibilidade de dados para a desagregação de ambos. Essa é uma estimativa conservadora, visto que as empresas ganhariam ainda mais se parte dos seus lucros não estivessem na forma de dinheiro.

Nós calculamos o benefício aplicando a diferença entre a alíquota que as empresas informam que deveriam caso repatriassem seus lucros conforme a legislação atual na alíquota das propostas de Trump/GOP da Câmara. Nem todas as empresas informam quanto de imposto seria devido por elas caso repatriassem seus lucros conforme a legislação atual. Para as empresas que não divulgam essa informação, nós usamos a alíquota média das empresas que divulgam, que é de 26,6%.

O cálculo é o seguinte:

Lucros detidos no exterior x (Alíquota de repatriação conforme a legislação atual – alíquota de repatriação conforme os planos Trump/GOP da Câmara) = Benefícios Estimados

⁹⁰ Ibid

⁹¹ US will 'leapfrog' the world with tax reforms, says Kevin Brady; FT (fevereiro de 2017) <https://www.ft.com/content/8068420e-e887-11e6-893c-082c54a7f539>

⁹² US will 'leapfrog' the world with tax reforms, says Kevin Brady; FT (fevereiro de 2017) <https://www.ft.com/content/8068420e-e887-11e6-893c-082c54a7f539>

⁹³ Regressive and Loophole-Ridden: Issues with the House GOP Border Adjustment Tax Proposal, Institute on Taxation and Economic Policy (22 de fevereiro de 2017) http://itep.org/itep_reports/2017/02/regressive-and-loophole-ridden-issues-with-the-house-gop-border-adjustment-tax-proposal.php#.WMhQaVUrLIV

⁹⁴ Ibid

⁹⁵ Brady doesn't 'anticipate' carve out for financial transactions in tax reform <https://www.politicopro.com/tax/whiteboard/2017/02/brady-doesnt-anticipate-carve-out-for-financial-transactions-in-tax-reform-083380>

⁹⁶ Edward Mwachinga. Results of investor motivation survey conducted in EAC. Banco Mundial, apresentação ministrada em 02.12.13 em Lusaka, citada em Action Aid: Give us a break: How big companies are getting tax free deals. Junho de 2013.

⁹⁷ TJNA e Action Aid. (2016). Still Racing Toward the Bottom? Corporate Tax Incentives in East Africa.

⁹⁸ Banco Mundial. (2015). Lifetime risk of maternal death (1 em: taxa varia por país) <http://data.worldbank.org/indicator/SH.MMR.RISK>

⁹⁹. 20 Analysis of Nigerian Budget by BudgIT: <http://yourbudget.com/wpcontent/uploads/2016/01/2015-Publication-BUGET.pdf>

A Nigéria gasta \$1,4 bilhões por ano com educação. Na Nigéria, 10,5 milhões de crianças não estão na escola, das quais 60 por cento são meninas. UNICEF Nigeria (site acessado em 1º de dezembro de 2016) <https://www.unicef.org/nigeria/education.html>

¹⁰⁰ How border adjustment reduces the value of your Scottish golf course, American Enterprise Institute, 10 de janeiro de 2017

¹⁰¹ Auerbach, Alan J. Border Adjustment and the Dollar, American Enterprise Institute, fevereiro de 2017, <https://www.aei.org/wp-content/uploads/2017/02/Border-adjustment-and-the-dollar.pdf>

¹⁰² Border Tax Adjustments Won't Stimulate Exports, American Enterprise Institute, 2 de março de 2009 <https://www.aei.org/publication/border-tax-adjustments-wont-stimulate-exports/>

¹⁰³ Trump's Tax Plan and the Dollar, 3 de janeiro de 2017, <https://www.project-syndicate.org/commentary/trump-tax-plan-hurts-competitiveness-by-emmanuel-farhi-et-al-2017-01#comments>

¹⁰⁴ How border adjustment reduces the value of your Scottish golf course, American Enterprise Institute, 10 de janeiro de 2017 <https://www.aei.org/publication/how-border-adjustment-reduces-the-value-of-your-scottish-golf-course/>

¹⁰⁵ <https://www.aei.org/publication/how-border-adjustment-could-trigger-a-series-of-emerging-market-crises/>

¹⁰⁶ Os preços em dólar de commodities caem quando o dólar sobe porque os compradores de commodities precisam comprar dólares mais caros para adquirir o mesmo volume de commodities. Logo, para um dado orçamento qualquer em suas moedas correntes locais, eles conseguem menos commodities.

¹⁰⁷Jubilee Debt Campaign (11 de abril de 2016) “Collapse in commodity prices leads to \$61 billion funding gap for impoverished countries”. <http://jubileedebt.org.uk/press-release/collapse-in-commodity-prices-leads-to-61-billion-funding-gap-for-impoverished-countries>

The US’s poverty-focused foreign assistance budget for FY2014 (\$23.4 billion). 7 things you may not know about US foreign assistance, Oxfam, (abril de 2014) <https://politicsofpoverty.oxfamamerica.org/2014/04/7-things-didnt-know-about-us-foreign-assistance/>

¹⁰⁸ Presidente do Federal Reserve Yellen declarou “*O problema é que há grande incerteza sobre como de fato os mercados reagiriam a essas mudanças*”. Lawler, Joseph (15 de fevereiro de 2017) “Yellen not sure GOP tax plan would boost dollar”, Washington Examiner. <http://www.washingtonexaminer.com/yellen-not-sure-gop-tax-plan-would-boost-the-dollar/article/2614918>

¹⁰⁹ Americans for Affordable Products Fact Sheet <https://keepamericaaffordable.com/getobject.aspx?file=coalition-Leave-Behind>

¹¹⁰ Divided Republicans look to Trump to lead on tax reform, 27 de fevereiro de 2017 <http://www.politico.com/story/2017/02/divided-lawmakers-look-to-trump-to-lead-on-tax-reform-235428>

¹¹¹ Kamin, David; Setse, Brad; House Plan's Bad Math: Over-Estimates of Revenue from a Border Adjustment; Tax Notes, março de 2017 https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2932400
Tax Notes, March 2017 https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2932400

¹¹² Regressive and Loophole-Ridden: Issues with the House GOP Border Adjustment Tax Proposal, Institute on Taxation and Economic Policy (22 de fevereiro de 2017) http://itep.org/itep_reports/2017/02/regressive-and-loophole-ridden-issues-with-the-house-gop-border-adjustment-tax-proposal.php#.WMhQaVUrLIV

¹¹³ Ibid

¹¹⁴ Existe um debate real sobre se o efeito pretendido de subsidiar a produção norte-americana será alcançado, visto que os mercados de câmbio também serão afetados.

¹¹⁵ Merkel to Warn Trump That U.S. Tax Changes May Spark Retaliation, Bloomberg, 11 de março de 2017 <https://www.bloomberg.com/news/articles/2017-03-11/merkel-to-warn-trump-that-u-s-tax-changes-may-spark-retaliation>

Mexico set to 'mirror' policy on any U.S. trade tax change: minister, Reuters, 23 de janeiro de 2017 <http://www.reuters.com/article/us-usa-trade-mexico-idUSKBN157213>

¹¹⁶ Inversões — quando uma empresa norte-americana renuncia à sua cidadania americana comprando uma subsidiária estrangeira em uma jurisdição com baixa carga tributária, onde ela é novamente constituída. Em alguns casos, nada muda com relação ao negócio de fato — a nova empresa invertida permanece sediada nos Estados Unidos e continua a conduzir negócios com base nos Estados Unidos, gozando de todas as vantagens do mercado norte-americano, mas deixando de pagar o seu quinhão merecido dos impostos norte-americanos.

¹¹⁷ Joint Committee on Taxation (30 de janeiro de 2017) “Estimates of Federal Tax Expenditures for Fiscal Years 2016–2020”. <https://www.jct.gov/publications.html?func=startdown&id=4971>

¹¹⁸ Transferência de Preço Abusiva (Transfer Mispricing) - uma técnica difundida na qual as sociedades manipulam o preço das transferências de produtos e serviços de empresas domésticas entre as subsidiárias com vistas à sonegação de impostos.

¹¹⁹ Confisco de rendimentos (earnings stripping) – Uma subsidiária localizada em um país com alta carga tributária pode contrair empréstimo junto a uma subsidiária localizada em um país com baixa carga tributária, permitindo que a controladora essencialmente pague taxas de juros artificialmente altas para si mesma. Para a empresa global como um todo, é uma lavagem – os lucros de um lado correspondem às perdas do outro – não ocorrendo nenhuma atividade comercial verdadeira, exceto pela conta fiscal da empresa global que é mais baixa.

¹²⁰ Apple Owes \$14.5 Billion in Back Taxes to Ireland, E.U. Says https://www.nytimes.com/2016/08/31/technology/apple-tax-eu-ireland.html?_r=0

¹²¹ Exclusive: Google may face over \$400 million Indonesia tax bill for 2015 https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjZsKK11vfSAhVY8WMKHY-ACFcQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.reuters.com%2Farticle%2Fus-indonesia-google-idUSKCN11P0PC&usg=AFQjCNFMjE9CODS2ps8DhRFzY_3R1yKCGw&sig2=egPPphu2_IUK7ho_GikMZw

¹²² Pfizer: Price Gouger, Tax Dodger - Americans For Tax Fairness; Americans for Tax Fairness <https://americansfortaxfairness.org/files/Pfizer-Fact-Sheet-FINAL.pdf>

Gilead Sciences: Corporate Tax Dodger (Gilead Sciences: Sonegadora Fiscal) - Americans For Tax Fairness <https://americansfortaxfairness.org/issues/corporate-tax-dodgers/gilead-sciences-materials/>

¹²³ Obama's inversion curbs kill Pfizer's \$160 bilhões Allergan deal; Reuters;

<http://www.reuters.com/article/us-allergan-m-a-pfizer-idUSKCN0X21NV>

¹²⁴ Social saints, fiscal fiends, The Economist, <http://www.economist.com/news/business-and-finance/21684770-social-saints-fiscal-fiends-opinions-vary-whether-firms-can-be-socially-responsible>

¹²⁵ https://www.unpri.org/page/pri_website_base.tax-resources

¹²⁶ Getting to Good – Towards Responsible Corporate Tax Behaviour; Oxfam, ActionAid, Christin Aid (novembro de 2015) https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/dp-getting-to-good-corporate-tax-171115-en.pdf

¹²⁷ 50 largest US companies according to Forbes 2000 annual ranking

<http://www.forbes.com/global2000/list>

¹²⁸ As Demonstrações de Resultado geralmente são mencionadas como Demonstrações de Rendimentos Consolidadas, Demonstrações Consolidadas de Resultados ou Demonstrações Consolidadas de Operações.

¹²⁹ Das 50 empresas no nosso estudo, cinco delas não informaram a quantia em dinheiro detida no exterior. AT&T, Comcast, US Bancorp, e Walgreens informam que possuem subsidiárias em paraísos fiscais, mas não informam a existência de dinheiro no exterior. A CVS não divulga a existência de dinheiro no exterior, mas também não paga nenhum imposto estrangeiro nem possui subsidiárias em paraísos fiscais.

¹³⁰ Robert McIntyre, et al., Offshore Shell Games 2015: The Use of Offshore Tax Havens by Fortune 500 Companies, Citizens for Tax Justice 20 (outubro de 2015). Duas das 50 empresas que examinamos não constavam do relatório da CTJ: AT&T e CVS. Nossos pesquisadores analisaram o Anexo 21 dos seus relatórios 10-K de 2014 e descobriram que nenhuma delas informou quaisquer subsidiárias localizadas em jurisdições classificadas como paraísos fiscais pela CTJ.

¹³¹ Título 17, § 210.1-02(w) do Código das Leis Federais CFR.

¹³² Um exemplo de técnica é desviar o capital intangível para uma subsidiária em uma jurisdição com baixa carga tributária e fazer com que outras subsidiárias ou a empresa matriz paguem uma taxa substancial para aquela subsidiária no exterior para usar o capital intangível.